



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Avisos e anúncios oficiais.
Anúncios judiciais e outros.
Contas e balancetes

Decreto-Lei nº 12-B/97, de 30 de Junho, conjugado com o artigo 3º, nº1. do Decreto-Lei nº 15/98, de 13 de Abril, e, supletivamente, das normas gerais do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 8/97, de 8 de Maio.

Requisitos de candidatura

São requisitos de candidatura, para além dos constantes da lei geral para o desempenho de funções públicas, os seguintes:

- 1.1. Licenciatura em direito, legalmente reconhecida ou verificada;
- 1.2. Ter a nacionalidade cabo-verdiana;
- 1.3. Reconhecida idoneidade cívica;
- 1.4. Domínio da língua portuguesa;
- 1.5. Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício de funções para as quais se candidata.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

AVISO

Faz-se público que, de harmonia com o despacho de S. Ex.^a o Ministro da Justiça, de 20 de Abril de 2007, se acha aberto, pelo prazo de vinte dias, contados da presente publicação no *Boletim Oficial*, concurso público para preenchimento de 10 (dez) vagas para ingresso nas carreiras de oficiais notários e conservadores, nos termos do disposto no artigo 20º do

2. As candidaturas são formalizadas por requerimento dirigido ao Director-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, e entregue durante o horário de expediente na Direcção-Geral da Administração

do Ministério da Justiça, sito na Rua Cidade do Funchal, Achada de santo António, Praia, o qual deve ser instruído com os seguintes documentos:

- a) Certificado de nascimento e fotocópia do Bilhete de Identidade autenticada;
- b) Certificado do registo criminal;
- c) Documento comprovativo das habilitações exigidas no presente aviso;
- d) Diplomas de cursos que tenha frequentado;
- e) Trabalhos jurídicos que entenda de utilidade.

3. A Composição do júri é a seguinte:

Presidente.

Dr. João de Deus Nobre Chantre Lopes da Silva

Vogais

Dr. Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva

Dr. David Almir Ramos

Suplente

Dr.^a Maria Albertina Tavares Duarte

I – Regulamento do Concurso

Compete ao júri:

- a) Apreciar a regularidade dos processos de candidatura;
- b) Proceder à admissão e exclusão dos concorrentes;
- c) Elaborar a lista dos concorrentes;
- d) Marcar a data, hora e local de realização das entrevistas;
- e) Proceder à classificação final dos candidatos e consequente ordenação na respectiva lista.

As reclamações apresentadas pelos candidatos serão apreciadas pelo Director-Geral dos Registos, Notariado e Identificação.

II – O concurso será realizado mediante a prestação de provas de conhecimento e entrevista.

III – As provas de conhecimentos jurídicos versarão sobre as seguintes matérias:

- a) Relação jurídica e seus elementos;
- b) Obrigações em geral e Contratos em especial: contrato promessa; pacto e preferência; negócios unilaterais; gestão de negócios; compra e venda; Doação; mutuo; Habilitação e Justificação Notariais; locação; mandato;
- c) Direitos Reais: princípios; posse; direitos reais de gozo; direitos reais de garantia;
- d) Registo predial: princípios; objecto; inscrição; descrição; registo definitivo e provisório; averbamento; recusa;
- e) Direito das Sociedades: sociedades comerciais; contrato de sociedades; constituição de sociedades; deliberação dos sócios; administração e vinculação das sociedades; alteração dos contratos; publicidade dos actos sociais;
- f) Direito das Sucessões: sucessão legítima, legitimaria e testamentária;
- g) Notariado: Competência funcional dos notários; documentos: espécies, requisitos dos instrumentos notariais; nulidades dos actos notariais; escrituras públicas; actos sujeitos a esta forma; procurações; recusa de actos; fundamentos;

h) Registo Comercial: critérios definidores da sua competência; factos sujeitos a registo; princípios informadores do registo; prazo de registo; vícios do registo;

i) Registo Civil; princípios informadores.

IV – As provas e as entrevistas decorrerão nas datas que o Júri designar após a publicitação da lista dos candidatos admitidos ao concurso.

V – Avaliação dos concorrentes terá por base uma escala de 0 a 20, tanto para as provas escritas como para as entrevistas.

VI – A entrevista tem como objectivo a avaliação do perfil psicológico dos candidatos e será feita por técnicos designados pelo Director-Geral dos Registos, Notariado e Identificação.

VII – A notação final de cada candidato corresponderá à soma de 75% da avaliação escrita e 25% da entrevista.

VIII – São excluídos os candidatos que nas provas de conhecimentos jurídicos tenham nota inferior a 10 valores e os que obtenham menção “desfavorável” na avaliação do perfil psicológico.

IX – Se o número de candidatos não excluídos exceder o número de vagas são admitidos os classificados nos primeiros lugares até se completar aquele número.

X – O concurso terá a validade dois anos, a contar da data da publicação da lista definitiva de classificação dos candidatos aprovados.

XI – Das provas e entrevistas.

XII – as provas escritas terão a duração de 2 (duas) horas e a entrevista não deverá exceder os 30 (trinta) minutos.

Em tudo quanto não estiver especialmente previsto no presente regulamento aplicar-se-á com as necessárias adaptações, a legislação vigente sobre concursos.

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação, aos 25 de Maio de 2007. – O Director-Geral, *Jorge Pedro Barbosa Rodrigues Pires*.

(570)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Conservatória dos Registos da Região da Praia

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de divisão, cessão e unificação de quotas, da sociedade por quotas denominada KAFAR – Comércio e Assistência Técnica de Equipamentos Industriais, LDA, com sede em Palmarejo, cidade da Praia, com o capital de 5.000.000\$00, matriculada nesta Conservatória sob o nº 1811/2005/06/08;

Em consequência, altera-se o artigo 3º pacto social, que passa a ter a seguinte e nova redacção:

Artigo 3º

Capital: 5 000 000\$00, integralmente realizado em dinheiro e distribuído da seguinte forma:

- José Carlos Ferreira Urbano, 2 600 000\$00
- António José Ferreira Gomes, 1 200 000\$00
- João André Damião da Silva, solteiro, maior, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, Concelho de Lisboa, residente em Achada de António – Praia, 1 200 000\$00

Conservatória dos Registos da Região da Praia, aos 4 de Abril de 2007. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(571)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sucursal sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: I.T.T. – INTEREXIMP TRANSPORTS & TRADE, SRL.

SEDE: La Spezia (SP) Via XXIV Maggio 26, CAP 19124 - Itália.

DURAÇÃO: Término: 31/12/2050.

OBJECTO: A sociedade tem por objecto:

Expediência aduaneira, agência de expedição terrestre, marítima e aérea, execução de transportes terrestres, marítimas e aéreas com meios próprios ou pertencentes a terceiros. Agência marítima, comércio, importação e exportação de mercadorias por conta própria. Execução de trabalhos de carpintaria e metálica e manutenções várias, como por exemplo, limpezas, restauração naval e actividades similares; A gestão de depósitos, armazéns o parques de estacionamento próprios ou de propriedade de terceiros para mercadorias nacionais, nacionalizadas, estrangeiras ou em trânsito, de qualquer género por conta própria ou de terceiros. Prestação de todos os serviços inerentes ao embarque e desembarque de cargas de quaisquer géneros por conta própria ou de terceiros.

A sociedade poderá, ainda, desenvolver qualquer tipo de actividades que possa contribuir ao alcance do objectivo social; Poderá também adquirir participações, sob qualquer forma, em empresas e sociedades ou instituições com os mesmos objectivos, a fim de complementar o próprio e que sejam estreitamente ligadas ao alcance do objectivo da sociedade e não exercer o mesmo ao cargo público.

CAPITAL: 15,493,000 Euros.

SÓCIO E QUOTA:

QUOTA : 15 493,000 Euros.

TITULAR: Cerrone Cláudio

Naturalidade: Sarzana (SP) – Itália

Residência: La Spezia (SP)

ADMINISTRADOR ÚNICO: Exercida pelo sócio Cerrone Claudio

FIRMA: I.T.T. – INTEREXIMP TRANSPORTS & TRADE, SRL. – SUCURSAL DA PRAIA.

SEDE: Rua Cidade do Funchal, nº 6, R/C – Achada de Santo António, Cidade da Praia.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, ao 24 de Maio de 2007. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(572)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarada um contrato de aumento de capital e alteração do objecto do contrato da sociedade unipessoal por quotas denominada “DEL CAR – RENT-A-CAR, Sociedade Unipessoal, Lda”, com sede em Achada de Santo António – Praia e o capital social de 1 500 000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel, sob o número 1585/2004/04/20.

Em consequência, alteram-se os artigos 3º e 5º, nº 1 do pacto social, que passam a terem as seguintes e novas redacções:

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto:

- a) A prestação de serviços de rent-a-car, aluguer de veículos com e/ou sem condutor;
- b) Comércio geral de importação de veículos, motociclos, peças e acessórios auto;
- c) Compra, Venda ou permuta de veículos automóveis.

Artigo 5º

O capital social integralmente subscrito e realizado é de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), sendo um milhão e quinhentos mil escudos em dinheiro e três milhões e quinhentos mil escudos em espécie, correspondendo a única quota pertencente ao sócio António Teófilo Delgado.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, ao 4 de Junho de 2007. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(573)

O CONSERVADOR: CARLOS GREGÓRIO LOPES PEREIRA GONÇALVES

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sucursal da sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: MOTA – ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA.

SEDE: Casa da Calçada/L do Paço 6 – Cepelos, 4 600 – 032, Amaranthe – Porto, Portugal.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO:

A sociedade tem por objecto:

1. a) A execução, mediante contrato de empreitada, de obras públicas e particulares, tais como estradas, pontes, aeroportos, vias-ferreas, portos, barragens, edifícios e outras construções e obras de qualquer natureza;
- b) A construção de obras, e a prestação de serviços, de saneamento básico, de recolha, transporte e tratamento de todo o tipo de resíduos sólidos ou líquidos, com ou sem aproveitamento energético, de captação, tratamento e distribuição de águas e de quaisquer outras obras e serviços de natureza urbana, bem como a respectiva exploração, manutenção e conservação, mediante contratos de empreitada, subempreitada, prestação de serviços, concessão, subconcessão, autorização ou licença administrativas ou por qualquer forma;

- c) A promoção, construção e venda ou exploração de conta própria de empreendimentos imobiliários ou turísticos, e bem assim a urbanização, loteamento e venda de terrenos para construção;
- d) A compra de terrenos e prédios para revenda;
- e) A elaboração de estudos técnicos de engenharia e a montagem de equipamento
- f) O exercício de actividades agro-pecuárias e florestais;
- g) A exploração de pedreiras e de minas de qualquer natureza.

2. Mediante simples deliberação do Conselho de Administração e a sociedade poderá ainda:

- a) Dedicar-se à exploração de quaisquer outras actividades industriais ou comerciais directamente relacionadas com as que constituem o seu objecto principal ou necessárias para o bom exercício e pleno aproveitamento destas últimas;
- b) Constituir ou adquirir participações em sociedades com objecto idêntico ou diferente do seu, regidas ou não por legislação especial, e bem assim em agrupamentos complementares e outras modalidades de associação de empresas.

CAPITAL: 100 000 000,00 Euros

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente – Engº Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo.

Vice-Presidente – Engº Ismael Antunes Hernandez Gaspar

Vogais – Engºs António Martinho Ferreira Oliveira, Manuel Maria Coelho de Sousa Ribeiro, Mário Jorge de Melo Faria de Barros, Carlos Alberto Pires Cachorroiro e Engº Pedro Manuel Teixeira Rocha Antelo.

FISCAL ÚNICO: António Magalhães e Carlos Santos SIROC, representada por Dr. Carlos Alberto Freitas dos santos, ROC.

SUPLENTE DO FISCAL ÚNICO: Dr. José Rodrigues de Jesus, ROC.

SECRETÁRIO: Dr. Luís Gonzaga Braga de Madureira.

SUPLENTE: Dr. João Paulo de Brito Sítima Amante.

DURAÇÃO DOS MANDATOS: Ano de 2007 a 2010.

FIRMA: MOTA – ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA – SUCURSAL DE CABO VERDE.

SEDE: Palmarejo, nº 16, 1º andar, Cidade da Praia

REPRESENTANTE: Engº Bruno Afonso Morgado Cerreira Tomé

Encontra-se depositado o relatório elaborado nos termos do artigo 130º do CEC.

Conservatória dos Registos da Região da Praia, ao 6 de Junho de 2007. – O Conservador, *Carlos Gregório Lopes Pereira Gonçalves*.

(574)

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 1193;
- c) Que foi requerida pelo número onze do diário do dia 16 de Março do corrente, por Carlos Alberto Delgado;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 588/2007:

Artigo 1º.....	40\$00
Artigo 9º,1.....	30\$00
Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	220\$00
10%C.G.J.....	22\$00
Artº 18º, a), b).....	3\$00
Selo Livro.....	2\$00
Soma Total.....	247\$00

São: (duzentos e quarenta e sete escudos):

Elaborado nos termos de nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, através do Decreto Legislativo numero dois barra noventa de dez de Fevereiro que faz parte integrante de constituição da sociedade denominada MERCEARIA BELARTE – GÉNEROS ALIMENTÍCIOS E COMÉRCIO GERAL, LIMITADA, celebrada em vinte e oito de Fevereiro de dois mil e sete, exarada a folhas quarenta e seis do livro de notas número C-Trinta e um do cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente.

ESTATUTOS DA SOCIEDADE COMERCIAL MERCEARIA BELARTE – GÉNEROS ALIMENTÍCIOS E COMÉRCIO GERAL, LIMITADA

Contrato Particular

Carlos Alberto Delgado, casado, maior, natural de Nº Srª da Luz – São Vicente, portador do Bilhete de Identidade nº 37804, emitido em 18 de Outubro de 2005 pelo Arquivo de São Vicente, residente em Chã de Alecrim, São Vicente, NIF 103780491.

Artigo 1º

É constituída nos termos da lei e dos presentes estatutos uma sociedade comercial por quotas unipessoal, denominada, “MERCEARIA BELARTE – GÉNEROS ALIMENTÍCIOS E COMÉRCIO GERAL, LIMITADA”, NIF 252248325.

Artigo 2º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Artigo 3º

A sociedade tem a sua sede na zona de Chã de Alecrim – São Vicente, podendo, por deliberação da gerência, criar delegação ou outras formas de representação em outros pontos do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 4º

A sociedade tem por objecto: comércio geral, retalhista, géneros alimentícios, bebidas, materiais de limpeza e importação..

Artigo 5º

1. O capital social é de 5 313 000\$00 (cinco milhões, trezentos e treze mil escudos cabo-verdianos), consoante o relatório contabilístico em anexo, estando subscrito e realizado na totalidade em bens móveis, constituído por uma única quota pertencente ao sócio único Carlos Alberto Delgado, casado com Arnalda Lima Fortes Delgado sob o regime de comunhão de bens, NIF 103780572.

2. A sociedade poderá aumentar o capital social por deliberação do sócio único

Artigo 6º

A gerência da sociedade é conferida ao sócio único, e obriga-se pela assinatura do mesmo.

Artigo 7º

A sociedade poderá constituir procurador, nos termos do disposto no artigo trezentos e vinte e três, nº 5 do Código das Empresas Comerciais.

Artigo 8º

O ano fiscal será o civil, devendo os balanços anuais serem encerrados a trinta e um de Dezembro e apresentação dos mesmos ter lugar até trinta e um de Março do ano subsequente.

Artigo 9º

A fiscalização da sociedade poderá ser atribuída a uma sociedade revisora de contas de reconhecida idoneidade e competência

Artigo 10º

A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 16 de Março de 2007. – O Notário, *João de Deus Nobre Chantre Lopes da Silva*.

(575)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 1230;
- c) Que foi requerida pelo número treze do diário do dia 22 de Maio do corrente, por António José Oliveira;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 570/2007:

Artigo 1º.....	40\$00
Artigo 9º.....	30\$00
Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	220\$00
10%C.G.J.....	22\$00
Artº 18º, a), b).....	3\$00
Selo Livro.....	2\$00
Soma Total.....	247\$00

São: (duzentos e quarenta e sete escudos):

Elaborado nos termos da nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito, do Código do Notariado através do Decreto-Legislativo número dois barra noventa e sete de dez de Fevereiro que faz parte integrante da escritura de constituição da sociedade OAJO – OFICINA ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LIMITADA, exarada de folhas 85, do livro de notas para escrituras diversas número B/32, do Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente.

ESTATUTO DA OAJO, LDA – OFICINA ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA, LIMITADA, SOCIEDADE UNIPESSOAL

Artigo 1º

A sociedade comercial unipessoal por quotas, adopta a firma de “OAJO – OFICINA ANTÓNIO JOSÉ OLIVEIRA, Sociedade Unipessoal, Limitada”.

Artigo 2º

A sociedade tem a sua sede na cidade do Mindelo, em São Vicente, podendo abrir delegações, em qualquer ponto de cabo Verde.

Artigo 3º

O objecto social da sociedade é o exercício da actividade de carpintaria, marcenaria, aluguer de equipamentos, prestação de serviços de electricidade, mecânica, importação, exportação de produtos relacionados com o objecto social e representação.

Artigo 4º

A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

Artigo 5º

O capital social é de cinco milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado em bens, móveis, conforme relatório contabilístico em anexo, correspondente a uma quota pertencente ao sócio único António José Oliveira, solteiro, maior, natural de São Vicente onde reside, NIF 102774714.

Artigo 6º

A sociedade poderá fazer os suprimentos que se mostrarem necessários.

Artigo 7º

1. A gerência da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, é confiada ao sócio António José Oliveira, com dispensa de caução, obrigando a sociedade com a sua assinatura.

2. A gerência pode nomear mandatários ou procuradores para prática de determinados actos ou categorias de actos.

3. A sociedade não pode ser obrigada através de contratos, abonações, fianças, letras de favor e demais actos/documentos estranhos aos seus fins sociais.

Artigo 8º

Os balanços serão realizados anualmente, encerrados a 31 de Dezembro, devendo a apresentação dos mesmos ter lugar até 31 de Março do ano subsequente.

Artigo 9º

a) A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei ou por vontade do sócio;

b) Em caso de morte ou interdição do sócio, a sociedade continuará com o cônjuge e filhos do mesmo.

Artigo 10º

O ano social é o ano civil.

Artigo 11º

Qualquer alteração ao pacto social deverá obedecer aos requisitos da lei.

Artigo 12º

Os casos omissos serão regulados por deliberação do sócio e pelas disposições legais em vigor.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 22 de Maio de 2007. – O Notário, *João de Deus Nobre Chantre Lopes da Silva*.

(576)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 52;
- c) Que foi requerida pelo número seis do diário do dia 22 de Maio do corrente, por João da Luz Gomes;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 585/2007:

Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	150\$00
10%C.G.J.....	15\$00
Soma Total.....	165\$00

São: (centos e sessenta e cinco escudos):

EXTRACTO DA ASSOCIAÇÃO “CENTRO REDENTOR DA RIBEIRINHA”

Certifico para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, que no dia 14/05/2007 perante a Conservadora-Adjunta, Tirza Francisca Pires Fernandes neves, foi lavrado sob o nº 52 a constituição da associação sem fins lucrativos denominada CENTRO REDENTOR DA RIBEIRINHA, com sede na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente com duração indeterminada, com o património inicial de 2.000.000\$00 (dois milhões de escudos), representada perante terceiros pelo Presidente da Direcção, cujo objectivo principal é: A prática do Racionalismo Cristão, cujo objectivo fundamental é a espiritualização do ser humano, na base do conhecimento dos princípios racionais e científicos cristãos, estatuidos na sua obra básica o “Racionalismo Cristão”, e deste modo pugnar pela remodelação de hábitos e costumes da humanidade, verificando constantes e sistematicamente o sentimento da paz, harmonia, concórdia e solidariedade entre humanos.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, ao 22 de Maio de 2007. – A Conservadora-Adjunta, *Tirza Fernandes Neves*.

(577)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 972;
- c) Que foi requerida pelo número 3 e 4 do diário do dia 22 de Maio do corrente, por Vera Lúcia Pinto e Neto Brito;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 603/2007:

Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	150\$00
10%C.G.J.....	15\$00
Soma Total.....	165\$00

São: (centos e sessenta e cinco escudos):

Alteração dos artigos 1º, 4º e 6º do Estatuto da sociedade “BAÍA MINDELO – TURISMO E IMOBILIÁRIA, LDA”, Matriculada nº 972.

Artigo 1º

Denominação: “BAÍA MINDELO, LDA”.

Artigo 4º

Objecto social: Exploração da actividade turística.

Artigo 6º

Capital Social: Aumento de capital social de 1.000.000\$00 (um milhão de escudos) para 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos), aumento de 4.000.000\$00 (quatro milhões de escudos) por entrada em dinheiro na proporção das quotas.

Ficando assim distribuído o capital: Eddy Louis Greta Buly uma quota no valor de 3.500.000\$00 (três milhões e quinhentos mil escudos) e Vera Lúcia Pinto Neto Brito uma quota no valor 1 500 000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos).

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 29 de Maio de 2007. – A Conservadora-Adjunta, *Tirza Fernandes Neves*.

(578)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 1097;
- c) Que foi requerida pelo número 6 do diário do dia 29 de Maio do corrente, por Eva Caldeira Marques;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 605/2007:

Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	150\$00
10%C.G.J.....	15\$00
Soma Total.....	165\$00

São: (centos e sessenta e cinco escudos):

Alteração dos artigos 1º e 3º do Estatuto da sociedade “CV BIKES – Gestão e Aluguer de Veículos não Motorizados, Sociedade Unipessoal, Limitada”.

Artigo 1º

Denominação: “CV BIKES – Gestão Turístico -Desportiva e Comércio de Produtos Locais, Sociedade Unipessoal, Limitada”.

Artigo 3º

Objecto social: Gestão turístico-desportiva, organização de eventos, serviços turísticos, restauração, desenvolvimento e comercialização de produtos turísticos locais, aluguer de equipamentos e veículos desportivos.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 29 de Maio de 2007. – A Conservadora-Adjunta, *Tirza Fernandes Neves*.

(579)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 1190;
- c) Que foi requerida pelo número 3 do diário do dia 30 de Maio do corrente, por Luís Manuel Amaral Boigues;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 612/2007:

Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	150\$00
10%C.G.J.....	15\$00
Soma Total.....	165\$00

São: (centos e sessenta e cinco escudos):

Alteração dos artigos 2º e 4º do Estatuto da sociedade “XP – Grupo Comercial Imobiliário, Limitada”.

Artigo 2º

Denominação: “XP – Grupo Comercial e Investimentos, Limitada”.

Artigo 4º

Objecto social: Comércio em geral seja a grosso ou a retalho e nomeadamente a importação e exportação de bens de consumo em geral; Representação de marcas; Prestação de serviços de Internet e ainda a mediação imobiliária, compra e venda de propriedades, promoção de empreendimentos, gestão de condomínios, prestação de serviços de consultoria e conexos à actividade imobiliária.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, ao 29 de Maio de 2007. – A Conservadora-Adjunta, *Tirza Fernandes Neves*.

(580)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 669;
- c) Que foi requerida pelo 4 do diário do dia 31 de Maio do corrente, Jorge Carlos Costa Araújo;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 669/2007:

Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	150\$00
10%C.G.J.....	15\$00
Soma Total.....	165\$00

São: (centos e sessenta e cinco escudos):

Alteração dos artigos 1º, e 3º do Estatuto da sociedade “COSTA E COSTA, LDA”.

Artigo 1º

Denominação: “COSTA E COSTA CV, LDA”

Artigo 3º

Objecto social: Prestação de serviços informáticos (Hardware, software, formação, paginação, tratamento de imagens, design gráfico) Electrónica, música, reciclagem, impressão e actividades dos serviços relacionados com impressão, publicidade geral.

Foi depositado na pasta respectiva o texto actualizado do contrato.

Esta conforme o original.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 31 de Maio de 2007. – A Conservadora-Ajunta, *Tirza Fernandes Neves*.

(581)

CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrição em vigor nº 1232;
- c) Que foi requerida pelo número quatro do diário do dia 30 de Maio do corrente, por Janine Michéle Morais da Cruz;
- d) Que ocupa uma folha numerada e rubricada, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 609/2007:

Artigo 1º.....	40\$00
Artigo 9º, 1.....	30\$00
Artigo 11º, 1.....	150\$00
Soma.....	220\$00
10%C.G.J.....	22\$00
Artº 18º, a), b).....	3\$00
Selo Livro.....	2\$00
Soma Total.....	247\$00

São: (duzentos e quarenta e sete escudos):

Elaborado nos termos de nova redacção dada ao número dois do artigo setenta e oito do Código do Notariado, através do Decreto Legislativo numero dois barra noventa de dez de Fevereiro que faz parte integrante de constituição da sociedade denominada “CLÍNICA DENTÁRIA DENTOESTÉTICA, Sociedade Unipessoal, Limitada” celebrada por contrato particular, matriculada na Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe de São Vicente, sob o Número 1232.

CONTRATO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL UNIPESSOAL POR QUOTAS

Outorgante: Janine Michéle Morais da Cruz, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa senhora da Luz, Concelho de São Vicente, residente no Mindelo, portadora do Bilhete de Identidade nº 119585, emitido pelo Arquivo de Identificação de São Vicente, em 7 de Abril de 2007, NIF 111958512.

Pela outorgante foi dito:

Que pela presente é celebrado um contrato particular de sociedade comercial por quotas de serviço unipessoal, nos seguintes termos:

Artigo 1º

É constituída a sociedade “CLÍNICA DENTÁRIA DENTOESTÉTICA, Sociedade Unipessoal, Limitada”.

Artigo 2º

O objecto da sociedade é tratamento dentário – clínica dentária.

Artigo 3º

A sociedade tem a sua sede na cidade do Mindelo – São Vicente, onde exerce a sua actividade, podendo alargá-la a qualquer parte do território nacional.

Artigo 4º

O capital social é de 200.000\$00 (duzentos mil escudos), constituído por uma única quota pertencente à sócia Janine Michéle Morais da Cruz e encontra-se totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

Artigo 5º

A sociedade pode aumentar o seu capital social sempre que for necessário, porém não é permitida a cessão de quotas a estranhos, sem uma decisão da sociedade autorizando tal.

Artigo 6º

A gerência da sociedade é exercida pela sócia única, e obrigando a sociedade com a sua assinatura.

Artigo 7º

Os lucros anuais apurados pelos balanços, depois de deduzidas as despesas afectas ao exercício, serão pertença da sócia única, ou terão as aplicações que a sociedade deliberar em assembleia.

Artigo 8º

A sociedade reúne-se em assembleia ordinária uma vez por ano, para aprovação do relatório de actividades e contas, podendo reunir-se extraordinariamente sempre que a sócia única decidir.

Artigo 9º

O ano de exercício corresponde ao ano civil.

Artigo 10º

Os casos omissos neste estatuto serão regulados pelas disposições legais do Código das Empresas Comerciais e pelas deliberações legalmente tomadas.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, ao 30 de Maio de 2007. – A Conservadora, *Tirza Fernandes Neves*.

(582)

Conservatória do Registo Comercial de Santa Catarina

CERTIFICA

- Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- Que foi extraída da matrícula 132/2007.05.025;
- Que foi requerida pelo número dois
- Que ocupa três folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposto o selo branco desta Conservatória.

CONTA Nº 49/2007:

Soma Total 300\$00

São: (trezentos escudos)

PENTA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA.

O Conservador, *Gustavo Cordeiro Dias de Sousa*.

Ap. 20-05-2007 Constituição da Sociedade

DENOMINAÇÃO: PENTA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, LDA.

SEDE: Avª da Liberdade nº 6, 3º Piso, assomada, Ilha de Santiago, República de Cabo Verde.

A sociedade, mediante deliberação da gerência pode mudar a Sede para qualquer ponto do país, bem como estabelecer, modificar ou extinguir quaisquer formas de representação em qualquer ponto do território nacional ou estrangeiro.

OBJECTO: O objecto da sociedade será a construção civil e obras públicas e particulares; aluguer de equipamentos; exploração, produção, comercialização de betão e betuminoso, inertes, pedreiras; produção de pré-fabricados e cimento e similares; importação e exportação e comércio a grosso e a retalho de produtos equipamentos e materiais de construção civil e afins em geral, prestação de serviços de climatização; fiscalização e empreitadas; prestação de serviços de consultoria na área dos projectos técnicos, nomeadamente elaboração de projectos de arquitectura e especialidades; promoção, gestão, planeamento e construção, empreendimentos imobiliários, compra e venda e permuta de imóveis; planeamento, construção e gestão de empreendimentos imobiliários, turísticos, habitacionais e de escritórios; a sociedade poderá adquirir ou por qualquer forma participar no capital de outras sociedades, ainda que com objecto social diferente, bem como adquirir participações em sociedades reguladas por leis especiais, associar-se a pessoas singulares ou colectivas e em agrupamentos complementares de empresas e consórcios, por deliberação da gerência;

CAPITAL: O capital social é de 10 000 000\$00 (dez milhões de escudos), encontrando-se realizado em espécie e em numerário e corresponde à soma de cinco quotas dos sócios, cuja distribuição está feita como segue:

- VISCUM INVESTMENTS, SA – integralmente realizado em espécie, mediante transferência para a sociedade do equipamento constante do relatório de avaliação feita por auditor certificado, anexo a este contrato, no valor de 7 631 992\$00, representando uma quota no valor nominal de 7 600 000\$00 (sete milhões e seiscentos mil escudos) corresponde a 76% do capital social;
- João Delgado Baptista Rodrigues, integralmente realizado em numerário a quantia de 800 000\$00 (oitocentos mil escudos) e integralmente realizado em espécie, mediante transferência para a sociedade do equipamento constante do relatório de avaliação feita por auditor certificado, anexo a este contrato, no valor de 403 129\$00 (quatrocentos e três mil, cento e vinte e nove escudos), representando uma quota no valor nominal de 400 000\$00 (quatrocentos mil escudos), sendo a sua quota no total no valor de 1 200 000\$00 (um milhão e duzentos mil escudos), corresponde a 12% do capital social;
- HIPERAÇO – CONSTRUÇÕES PRÉFABRICADAS, LDA, uma quota com o valor nominal de 400 000\$00 (quatrocentos mil escudos), correspondente a 4% do capital social;
- PURO-CLIMA – AQUECIMENTO, VENTILAÇÃO E AR CONDICIONADO, LDA, uma quota no valor nominal de 400 000\$00 (quatrocentos mil escudos), correspondente a 4% do capital social;
- FUNÇÃO CRIAR, UNIPESSOAL, LDA, uma quota no valor nominal de 400 000\$00 (quatrocentos mil escudos), correspondente a 4% do capital social.

GERÊNCIA: A gerência dos negócios da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente será exercida pela gerência, que não terá de prestar caução. A gerência, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia-geral, será exercida por um período de um ano, que se renovará automaticamente excepto decisão em contrário da assembleia-geral. A eleição de novos gerentes far-se-á em assembleia-geral, para efeito reunida, podendo ser entregue a terceiro não sócio. A sociedade obriga-se com

a assinatura individual do gerente. A gerência poderá delegar os seus poderes, mediante procuração e constituir mandatários para o efeito que exercerão os seus poderes nos termos e limites do respectivo mandato, os quais representarão a sociedade em todos os actos, incluindo judiciais e contratos. A gerência está impossibilitada de por alguma forma assumir responsabilidades em nome da sociedade em actos estranhos ao interesse da mesma, sendo o gerente que o fizer pessoalmente responsável pelas responsabilidades que dessa forma assumir, sem prejuízo de se constituir na obrigação de indemnizar a sociedade pelos prejuízos causados e ser sancionado com as sanções correspondentes ao exercício abusivo que desenvolver.

O Conservador, *Gustavo Cordeiro Dias de Sousa*.

(583)

O CONSERVADOR NOTÁRIO, SUBSTº: GUSTAVO CORDEIRO DIAS DE SOUSA

EXTRACTO

Certifica, narrativa mente para efeito de publicação, que as presentes fotocópias compostas por duas folhas, estão conforme os originais nos quais foi constituída uma sociedade unipessoal, por quotas com a denominação “CONSTRUÇÃO RIBEIRO, Sociedade Unipessoal, Lda.”

Artigo 1º

(Da natureza, denominação e sede)

A sociedade adopta a denominação de “CONSTRUÇÃO RIBEIRO – EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, Sociedade Unipessoal, Lda.”, com a sua sede em Cutelo da Cidade de Assomada – Ilha de Santiago, República de Cabo Verde.

Artigo 2º

(Da duração e representação)

1. A duração da sociedade é por tempo indeterminado.

2. A sociedade pode, por simples decisão da gerência, abrir delegações, sucursais, filiais ou outras representações em qualquer ponto do território nacional ou do estrangeiro, bem como deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelhos limítrofes.

Artigo 3º

(Do objecto)

A sociedade tem por objecto. Construção civil, elaboração de orçamentos, compra e venda de materiais e equipamentos relacionados com a construção civil. Por simples decisão da gerência, a sociedade pode dedicar-se a outras actividades relacionadas com a construção civil que sejam legalmente admissíveis.

Artigo 4º

(Do capital)

O capital da sociedade é de um milhão e quinhentos mil escudos (1.500.000\$00), integralmente realizado em dinheiro correspondente a uma quota pertencente ao sócio único.

Artigo 5º

(Da gerência)

1. A gerência e a representação da sociedade em juízo e fora dele incumbem activa e passivamente ao sócio único, que fica desde já investido nas referidas funções com dispensa de caução.

2. O gerente terá direito a uma remuneração mensal a ser fixada.

3. No exercício da sua função o gerente poderá fazer-se representar por um procurador bastante, podendo a função de procurador ser desempenhada por pessoa estranha à sociedade.

4. Para que a sociedade fique válida e eficazmente obrigada em todos os seus actos e contratos, nomeadamente contração de empréstimos, abertura de crédito e seus derivados, movimentação de depósitos bancários, basta a assinatura do sócio, gerente ou do seu representante legal.

5. São atribuídos ao sócio e ao gerente os mais amplos poderes da gestão e administração e extraordinária da sociedade, com limitações dentro do presente estatuto.

Artigo 6º

(Do falecimento)

Por morte ou interdição do sócio a sociedade continuará com os herdeiros ou representantes do sócio falecido ou incapaz devendo estes, se forem mais do que um, nomear um deles para representá-los na sociedade enquanto o respectivo fundo se mantiver indivisa.

Artigo 7º

Em caso de morte ou interdição do sócio, se os respectivos herdeiros ou representantes declararem pretender afastar-se da sociedade, os mesmos terão direito a receber o que se apurar pertencer-lhes de acordo com o último balanço dado, devendo o pagamento da quantia em dívida ser feito nas condições e forma acordadas entre os respectivos herdeiros ou representantes.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, aos 30 de Abril de 2007. – O Conservador/Notário, Substº, *Gustavo Cordeiro Dias de Sousa*.

(584)

O CONSERVADOR NOTÁRIO, SUBSTº: GUSTAVO CORDEIRO DIAS DE SOUSA

EXTRACTO

Certifico, narrativa mente, para efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 25/V/2003, de 21 de Julho, que neste Cartório Notarial, no dia 22 de Maio de 2007, a folhas 147 vº, do Livro de Notas para Escrituras Diversas número 28, foi exarada a escritura de constituição da ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ACHADA GRANDE, ACHADA GREGÓRIO E ROMÃO, designada abreviadamente com sede na Freguesia e Concelho de Santa Catarina, de duração indeterminada, com o património inicial de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos), representada perante terceiros por três membros da Direcção, sendo um deles o presidente, com o objectivo de promover acções que visem a elevação do nível de vida dos seus associados, nomeadamente:

A associação tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento económico, social desportivo e cultural da comunidade de Achada Grande, Achada Grigório e Romão visando:

- A) Congregar no seu seio todos quantos residentes no país ou na emigração, independentemente da sua nacionalidade, nacionalidade ou ideologia, queiram contribuir para o desenvolvimento da comunidade;
- B) Criar espaço de diálogo, convivência e de irmandade;
- C) Interessar os seus membros no estudo aprofundado da comunidade, nomeadamente nos seus aspectos históricos, económicos e culturais;
- D) Contribuir para a dignificação dos seus membros e apoiar o seu desenvolvimento intelectual, cívico, moral e técnico-profissional;
- E) Estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbio com associações congéneres nacionais ou estrangeiras;
- F) Estabelecer relações com organismos nacionais ou estrangeiras governamentais ou não;

- G) Apoiar projectos em estudos e ou em execução que visem o desenvolvimento da comunidade nas áreas da educação, saúde, promoção social, cultural, desporto, infância, 3ª idade e económica, envolvendo os seus membros e mobilizando os meios humanos e materiais necessários;
- H) Elaborar e divulgar documentos com informação sobre actividade da associação e sobre estudos ou quaisquer outros trabalhos que se revistam de interesse para os fins da mesma;
- D) Colaborar com as autoridades municipais e outras em tudo quanto diga respeito ao desenvolvimento da comunidade;
- J) Reforçar o aspecto da solidariedade e de entreatajuda entre as populações. Como sendo, atitudes e valores indispensáveis para o desenvolvimento da comunidade.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, ao 6 de Junho de 2007. — O Conservador/Notário, Substº, *Gustavo Cordeiro Dias de Sousa*.

(585)

Conservatória dos Registos da Região de 2ª Classe do Sal

A CONSERVADORA: FRANCISCA TEODORA LOPES

EXTRACTO

Certifico, narrativa mente, para efeitos de publicação, que a presente fotocópia compostas por cinco folhas está conforme o original no qual foi constituída uma sociedade denominada “CAPE VERDE IMPORTS, LIMITADA” matriculada nesta Conservatória sob o nº 1464/07.

CONTRATO DE SOCIEDADE

Victoria Emily Jayne Abbot, maior, solteira, natural de Inverness, titular do passaporte número 206070407, emitido a 30.11.04 pelos Serviços competentes do Reino Unido; e

Phillip Stewart EsWard Bennett, maior, solteiro, natural de Cambridge, titular do passaporte número 037687887, emitido a 20.01.00 pelos Serviços competentes do Reino Unido.

Ambos residentes em Inglaterra, 4 Park Gate Avenue, Hadley Wood, Barnet, Herts, EN4 0NR e representados pelos senhores Maria João de Novais, advogada, com cédula profissional número 110/2002 e João Dono, advogado, com cédula profissional número 59/E/2005, escritório na cidade da Praia – Rua Cesário Lacerda, nº 23, 2º - C.P. 87/c, Santiago – Cabo Verde, conforme procurações em anexo, constituem entre si a sociedade abaixo identificada, que se regerá pelos seguintes estatutos:

CAPÍTULO I

Denominação, duração, sede e objecto

Artigo 1º

A sociedade adopta a forma de sociedade por quotas, a denominação de “CAPE VERDE IMPORTS, LDA”, e durará por tempo indeterminado.

Artigo 2º

1. A sociedade tem a sede na freguesia de Nossa senhora das Dores, Ilha do Sal – Cabo Verde.

2. A gerência poderá deliberar a mudança da sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como a abertura, transferência ou encerramento de quaisquer sucursais, filiais, delegações ou outras formas de representação social, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

Artigo 3º

1. A sociedade tem como objecto social a importação, exportação, comercialização e distribuição de bens de comércio geral.

2. A sociedade poderá estabelecer convenções especiais com outras sociedades congéneres, assumir a sua representação e exercer a sua direcção.

3. A sociedade poderá subscrever, adquirir ou alienar participações no capital de quaisquer outras sociedades bem como participar em agrupamentos complementares de empresas ou sociedades reguladas por leis especiais.

CAPÍTULO II

Capital, quotas e Obrigações

Artigo 4º

1. O capital social, inteiramente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco milhões de escudos, representado por duas quotas, com o valor nominal de dois milhões e quinhentos mil escudos cada, pertencentes respectivamente a Victoria Emily Jayne Abbot e Phillip Stewart Edward Bennet.

2. A gerência poderá, nos termos da lei, aumentar o capital social, por uma ou mais vezes e até ao montante máximo de cem milhões de escudos, nas condições a deliberar em assembleia-geral.

3. Na subscrição das quotas relativas aos aumentos de capital social, têm preferência os sócios na proporção das quotas que já possuem.

4. A cessão de quotas, total ou parcial, é livre entre os sócios.

5. Na cessão de quotas a favor de terceiros, os sócios individualmente considerados gozam do direito de preferência, na proporção do valor nominal das respectivas quotas.

6. O sócio que pretender ceder a sua quota a terceiros deve previamente comunicar o facto à sociedade e aos sócios, devendo o direito de preferência ser exercido num prazo máximo de trinta dias a contar da notificação.

Artigo 5º

A sociedade poderá, nos termos da lei, emitir obrigações, de todos os tipos, nas condições a deliberar em assembleia-geral.

Artigo 6º

Os sócios podem efectuar prestações acessórias ou suplementares, a título gratuito ou oneroso, até ao montante máximo de sessenta milhões de escudos, no prazo e demais condições que, vierem a ser aprovados em assembleia-geral.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais

Secção I

Assembleia-Geral

Artigo 7º

1. Os sócios reunidos em assembleia-geral, tem as competências definidas na lei.

2. As assembleias-gerais, nos casos em que a lei não determinar formalidades especiais, serão convocadas por carta registada, expedida com quinze dias de antecedência.

3. São válidas as deliberações tomadas em assembleia-geral não convocada nos termos do número anterior, desde que a participação dos sócios represente a totalidade do capital social.

4. Os sócios podem fazer-se representar na assembleia-geral por mandatários expressamente constituídos para esse efeito.

Sessão II

Administração

Artigo 8º

1. A sociedade é administrada e representada, em juízo e fora dele, activa e passivamente, pela gerência, eleita em assembleia-geral, por um mandato, com a duração de três anos, reelegível uma ou mais vezes, com dispensa de remuneração, a não ser que diferentemente venha a ser deliberado em assembleia-geral.

2. A gerência fica investida dos poderes necessários para assegurar a gestão corrente da sociedade, podendo, designadamente:

- a) Praticar actos e celebrar contratos no âmbito da actividade corrente da sociedade e do seu objecto, tais como, adquirir, alienar, onerar ou permutar participações de capital de outras sociedades constituídas ou a constituir;
- b) Abrir e movimentar contas bancárias;
- c) Aceitar, sacar e endossar letras, livranças e outros efeitos comerciais;
- d) Contratar e despedir pessoal;
- e) Comprara e vender bens móveis e imóveis, incluindo veículos automóveis, e celebrar contratos de locação financeira relativos aos referidos bens;
- f) Confessar, desistir ou transigir em qualquer acção ou processo, tanto judicial como arbitral;
- g) Contrair empréstimos ou obrigações financeiras similares;
- h) Prestar garantias, cauções avales;
- i) Constituir procuradores ou mandatários da sociedade para prática de certos actos ou categorias de actos especificados no respectivo mandato;
- j) Tomar de arrendamento quaisquer bens.

Secção III

Fiscalização

Artigo 9º

A fiscalização da actividade da sociedade, bem como a revisão das suas contas, competem a um fiscal único, que será um contabilista ou auditor certificado, eleito pelos sócios.

CAPÍTULO IV

Ano Social e Resultados

Artigo 10º

- 1. O ano social coincide com o ano civil.
- 2. Os resultados constantes do balanço anual terão aplicação que a assembleia-geral deliberar, deduzidas as reservas legais.
- 3. A assembleia-geral poderá constituir as reservas livres que entender convenientes.

CAPÍTULO V

Dissolução e liquidação

Artigo 11º

1. A sociedade dissolver-se-á nos casos previstos na lei e quando deliberado pela assembleia-geral

2. A assembleia-geral que delibere a dissolução da sociedade determinará o prazo para a sua liquidação e nomeará os respectivos liquidatários.

CAPÍTULO VI

Disposições Finais transitórias

Artigo 12º

1. Sem prejuízo do disposto no Código das Empresas Comerciais, consideram-se adquiridos e ratificados pela sociedade, os direitos e obrigações emergentes de todos os negócios jurídicos em seu nome

celebrados pela gerência, nos termos dos presentes estatutos, a partir da data da constituição e antes de efectuado o registo definitivo da sociedade, ficando para tal conferida, desde já, a necessária autorização e podendo, conseqüentemente a gerência iniciar imediatamente as operações sociais, proceder ao levantamento do capital social, bem como a aquisição e subscrição de partes sociais em outras sociedades.

2. Fica proibido aos sócios da sociedade obrigarem a mesma em fianças, letras de favor, avales, abonações e outros actos, contratos ou documentos semelhantes, estranhos aos negócios sociais, sem que para tal estejam devidamente autorizados pela assembleia-geral, sem que para tal estejam devidamente autorizados pela assembleia-geral, sendo que todos os actos praticados bem como os contratos celebrados nestas condições serão considerados nulos e sem qualquer validade e sob pena de o infractor responder perante a sociedade pelos prejuízos que lhe causar.

Artigo 13º

1. Ficam desde já, nomeados para a gerência da sociedade, para o primeiro mandato que terminará em final de Janeiro de dois mil e dez, as seguintes pessoas:

- a) Victoria Emily Jayne Abbott;
- b) Phillip Stewart Edward Bennett.

2. Para que a sociedade se considere validamente obrigada em todos os seus actos e/ou contratos é necessária a assinatura dos dois gerentes ou de um gerente e um mandatário, expressamente designado para o efeito pela gerência.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª classe do Sal, ao 16 de Maio de 2007. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

(586)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de segunda Classe de Santo Antão

O CONSERVADOR/NOTÁRIO ANTONIO ALEIXO MARTINS

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação, nos termos do disposto na alínea b) do número 1, do artigo 9º da lei nº 25/VI/2003, de 21 de Junho, que no dia 8 de Fevereiro de 2007, na Conservatória e cartório Notarial da Região de Santo Antão – Ponta do Sol a meu cargo, em que foi lavrado no livro de notas para escrituras Diversas nº 27, a folhas 68, a escritura de constituição de uma associação denominada ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA COMUNIDADE DE LONGUEIRA A CHÃ D'ARROZ "TOP D'MIRANDA", com sede social na localidade de Ribeira da Torre, Concelho da Ribeira Grande, freguesia de Nossa senhora do Rosário – Ilha de santo Antão, com o fim de congregar e fomentar a aplicação de meios que promovam o desenvolvimento das zonas de Longueira a Chã d'Arroz.

Reg. Sob o nº 1789/2007.

CONTA

Art.º 1º	40\$00
Art.º 9º	30\$00
Art.º 11º, 1 e 2	160\$00
Soma	230\$00
C.R.N. 10%	23\$00
Requerimento	5\$00
Soma total	258\$00

(São duzentos e cinquenta e oito escudos)

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Santo Antão, na Vila da Ponta do Sol, aos 6 de Maio de 2007. – O Conservador/Notário, *António Aleixo Martins*.

(587)

CONTAS E BALANCETES

CAIXA ECONÓMICA DE CABO VERDE

Relatório e Contas referentes ao ano 2006

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Dr. José da Silva Lopes (<i>CEMG</i>)
Vice-Presidente	Sr. Marcos Fortunato Oliveira (<i>INPS</i>)
Primeiro Secretário	Dra. Evelina Barreto dos Santos (<i>INPS</i>)
Segundo Secretário	Dr. António Pedro de Sá Alves Sameiro (<i>CEMG</i>)

Conselho de Administração

Presidente	Dr. Alberto José dos Santos Ramalheira (<i>CEMG</i>)
Vice-Presidente	Dr. Luís Miguel Andrade Vasconcelos Lopes (<i>IMPAR</i>)
Vogal	Dr. António Pereira Neves (<i>INPS</i>)
Vogal	Dr. Filinto Elísio Alves dos Santos (<i>CCV</i>)
Vogal	Dr. Francisco José Gonçalves Simões (<i>CEMG</i>)
Vogal	Dr. António Carlos Moreira Semedo
Vogal	Dr. Atelano João de Henrique Dias da Fonseca (<i>INPS</i>)

Conselho Fiscal

Presidente	Dra. Eunice da Graça da Luz (<i>CCV</i>)
Vice-Presidente	Dr. Raimundo Duarte (<i>IMPAR</i>)
Vogal	Dr. Daniel do Rosário dos Santos (<i>INPS</i>)

DIRECÇÃO E REDE COMERCIAL

Direcção Administrativa	Emanuel Évora Gomes Director
Direcção de Informática	Jorge Henrique Lima Director
Direcção Financeira e Internacional	Manuel Sanches Tavares Júnior Coordenador de Gabinete
Direcção Comercial	Maria Júlia do Rosário Ferreira Directora
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Octávio Augusto Silva Melo Coordenador de Gabinete
Direcção de Assuntos Jurídicos	Maria de Lourdes Lobo de Pina Directora
Gabinete de Auditoria Interna	Antónia Maria Resende Cardoso Chefe de Serviço
Gabinete de Marketing	Helder Manuel da Graça da Luz Chefe de Secção
Gabinete de Organização e Qualidade	Célia Maria Barreto Santos Coordenadora de Gabinete

Agência de Assomada	Arlindo Tavares de Melo Gerente
Agência de Praia-Achada de Santo António	Tatiana Barbosa Gerente
Agência de Praia-Fazenda	Emanuel Andrade Semedo Gerente
Agência de Praia-Plateau	Denise Santos Gerente
Agência de Espargos	Júlia Maria T. Lopes dos Santos Gerente
Agência de Santa Maria (Sal)	Alcino Almeida Sub-Gerente
Agência de Aeroporto Amílcar Cabral (Sal)	Júlia Maria T. Lopes dos Santos Gerente

Agência de Mindelo-Av. 5 de Julho	Águeda Cardoso da Graça Gerente
Agência de Mindelo-Monte Sossego	Manuel Henrique Almeida Gerente
Agência de Ribeira Grande	Manuela Maria Santos Delgado Gerente
Agência de Palmarejo	Carla Soraya Ribeiro Sub-Gerente
Agência de S. Filipe - Fogo	Lidia Marcelina Barbosa Vasconcelos Gerente
Agência da Calheta da S. Miguel	Julião Manuel Rocha Semedo Sub-Gerente
Agência de Aeroporto da Praia	Emanuel Andrade Semedo Gerente
Agência do Centro Comercial Sucupira	

Carta do Conselho de Administração

Estimados Accionistas, Clientes e Amigos

Constituindo um cerimonial que todos os anos se repete, após a conclusão de mais um exercício da Caixa Económica de Cabo Verde, aqui estamos, nos termos da Lei e dos estatutos que nos regem, a prestar contas e a dar notícia do modo como evoluíram os nossos negócios.

De facto, a nossa actividade em 2006 cifrou-se por um aumento notável dos resultados, na ordem dos 100%, e de um forte crescimento, que nos fez ultrapassar os 25 milhões de contos em activos sob gestão, razões que fazem da nossa Caixa Económica uma referência no panorama bancário nacional.

Ao nível organizativo, continuou a apostar-se na reorganização dos nossos serviços, com vista a obter uma melhor eficiência dos nossos recursos.

O lançamento do “Home-Banking”, que ocorreu durante o mês de Outubro de 2006, tem vindo a merecer o melhor acolhimento junto dos nossos clientes, quer Particulares quer Empresas, constituindo-se como um importante apoio ao desenvolvimento da nossa actividade.

O Activo Líquido registou um crescimento de 23,4%, atingindo 25.439 milhares de contos, contra 20.618,6 milhares de contos, em 2005.

Os Depósitos Totais atingiram o montante de 22.137,1 milhares de contos, que representa um acréscimo de 4.384,2 milhares de contos (+24,7%).

O Crédito Total concedido atingiu os 14.670 milhares de contos, contra os 12.333 milhares de contos em 2005, o que representa um crescimento de 18,9%.

Relativamente ao Crédito Vencido, o rácio global desceu de 6,09%, em 2005 para 5,58%, em 2006, apesar de o crédito vencido ter aumentado cerca de 9,1%.

Em termos de quota global de mercado, a caixa Económica registou um aumento significativo, tendo atingido 28,3%, contra 25,5%, em 2005.

Ao nível da captação (Depósitos), a nossa quota de mercado aumentou cerca de 3%, passando para 28,3%, enquanto que nas operações activas (Crédito Total) aumentou de 3,3%, passando para 28,2%. Porém, no segmento do Crédito à Economia, a nossa quota de mercado subiu apenas de 37,4% para 37,9%.

Os Resultados Líquidos do Exercício cresceram 103%, relativamente ao ano anterior, e deixam-nos a esperança de termos contar com a evolução também favorável no próximo exercício.

Este resultado permite-nos propor à Assembleia Geral a distribuição de um dividendo, no montante de 330 CVE por acção, e reforçar os nossos fundos próprios com cerca de 59% do resultado obtido.

O nosso sucesso ficou a dever-se, em grande parte, ao prosseguimento inabalável da nossa missão de preservar e valorizar os patrimónios que nos são confiados, através de estratégias de gestão perfeitamente adequadas ao perfil e às necessidades específicas dos nossos clientes.

Por outro lado, a fidelidade aos nossos valores fundamentais – tradição e modernidade –, aos quais juntamos os conceitos de proximidade – física, psicológica, e efectiva –, foi a garantia de fidelização de todos aqueles que em nós depositaram a sua confiança.

Não queremos deixar de referir que o êxito deste percurso fica a dever-se ao esforço e profissionalismo das equipas que servem a Caixa Económica, à exigência dos clientes e à solidez, estabilidade e qualidade de uma estrutura accionista, cujo núcleo básico se mantém desde 1999, combinando prestigiadas instituições cabo-verdianas, como o I.N.P.S., os C.C.V. e a Impar, a par de um grupo financeiro internacional de elevado prestígio, o Grupo Montepio Geral.

As últimas palavras são de agradecimento para os Clientes, pela sua preferência, aos Accionistas, pela sua confiança, e aos nossos Colaboradores, pelo seu profissionalismo, dedicação e lealdade.

À Autoridade Monetária e Financeira são devidas palavras de elevado apreço, pelo seu contributo para o desenvolvimento e sustentabilidade do Sistema Financeiro em Cabo Verde.

Aos Membros do Conselho Fiscal, fica igualmente o nosso reconhecimento, pela proficiente acção desenvolvida no acompanhamento da actividade da nossa Instituição.

O Conselho de Administração

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores	Unidades	2006	2005
1. Dimensão			
Activo Líquido	Mil contos	25.439,0	20.618,6
Variação	%	23,4	20,8
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	Mil contos	1.696,9	1.532,9
Crédito sobre Clientes	Mil contos	14.002,6	11.722,8
Depósitos de Clientes	Mil contos	22.137,1	17.752,9
Trabalhadores	Unidades	192	162
Agências e Outras Formas de Representação	Unidades	29	28
Agências	Unidades	16	15
Delegações nos Correios	Unidades	13	13
2. Rendibilidade			
Resultado Líquido do Exercício	Mil contos	278,8	136,7
Cash Flow do Exercício	Mil contos	469,6	406,6
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA)	%	1,21	0,7
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE)	%	17,26	9,0
3. Prudências			
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	%	10,1	12,8
Rácio do Imobilizado Líquido (Imobilizado / F. Próprios)	%	33,2	31,8
Provisões Crédito Vencido / Crédito e Juros Vencidos	%	81,5	81,3
4. Funcionamento			
Custos Operativos / Produto Bancário (Cost to Income)	%	66,8	67,5
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	5.966	5.914
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores	Contos	2.683,5	2.533,8

1. Considerações Gerais

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (CECV), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral o Relatório e as Contas, referentes ao Exercício de 2006.

1.1 Enquadramento da Actividade

Economia Internacional

O desempenho económico global surpreendeu de novo positivamente, em 2006. Segundo estimativas do FMI, o PIB mundial ter-se-á expandido 5,1%, ligeiramente acima do ritmo observado em 2005 (4,9%) e pouco abaixo do padrão de crescimento de 2004 (5,3%).

O desempenho da Economia Global, no período de 2004 a 2006, é assinalável e constitui um sintoma de robustez e menor vulnerabilidade perante choques, sobretudo atendendo a algumas condicionantes fortemente negativas: neste período, o preço do petróleo mais do que duplicou (+130%), tendo aumentado, em média, 17%, em 2006. A liquidez financeira global tem vindo a ser enxugada, por via do aumento de taxas de juros dos bancos Centrais, com destaque para as taxas de juro de referência do dólar, que aumentaram 425 p.b., desde meados de 2004.

Neste mesmo horizonte, outros acontecimentos negativos marcaram a ordem do dia, pontuando as várias ameaças e ataques terroristas, os diversos conflitos e a crescente tensão um pouco por toda a região do Médio Oriente, ou as catástrofes naturais, com destaque para os furacões que assolaram a costa dos EUA, em finais de 2005.

No que concerne aos EUA, as previsões apontam para um crescimento médio do PIB em torno dos 3,3%. Assim sendo, prevê-se que exista um arrefecimento da maior economia a nível global, com impactos nos restantes blocos económicos. O PIB dos EUA deverá crescer, em 2007, no intervalo 2,7%-2,9%.

No que concerne à UEM, as previsões são bastante optimistas. As estimativas mais recentes apontam para que as economias dos 12 tenham crescido, em 2006, cerca de 3,3%, o maior ritmo de expansão desde 2001. As previsões de há um ano atrás apontavam para um crescimento na ordem de 1,8% - 1,9%. O BCE deverá, em 2007, proceder a aumentos da taxa de juro.

1.1.2 Conjuntura nacional

Como pequena economia aberta e numa envolvente cada vez mais globalizada e competitiva, o nosso País é muito condicionado pela conjuntura exterior.

Em termos de evolução conjuntural, o ano de 2006 apresenta alguns sinais que, embora não sejam preocupantes, deverão ser equacionados, tendo em vista a situação económica dos próximos anos.

A escalada recente do crescimento dos preços (com subida nos bens alimentares e nos combustíveis) tem vindo a repercutir-se na competitividade externa e a exercer pressão sobre a política monetária.

A capacidade de resposta tenderá a ser limitada face, por um lado, à forte entrada de divisas no nosso País e, por outro, à necessidade do Banco de Cabo Verde (BCV) continuar a reforçar as suas reservas externas (que atingirão este ano um novo máximo histórico), num contexto de defesa do regime cambial existente de “peg” em relação ao EURO.

O aumento dos activos líquidos sobre o exterior traduziu-se na expansão da massa monetária a um ritmo superior ao programado, induzindo o aumento da liquidez no sistema bancário, o qual, à falta de aplicações alternativas internamente, tem vindo a canalizar os seus recursos para o exterior.

Para contrariar esta tendência, o BCV tem sido compelido à emissão de títulos próprios, que são utilizados como forma de absorver liquidez excedentária.

Note-se, no entanto, que o reforço da posição externa líquida reflecte melhorias na Balança Corrente, cujo défice atingirá, em 2006, um valor de cerca de 2,8% do PIB, fruto principalmente da subida patenteada pelas transferências privadas (com destaque para os recursos de emigrantes e os elevados investimentos que estão a ser efectuados nas áreas turísticas e de transportes), e pelas exportações de serviços (sobretudo turismo e transporte aéreo).

As estimativas mais recentes para a economia Cabo-verdiana apontam para uma aceleração da actividade económica, em 2006, com um crescimento do Produto Interno Bruto de 5,5%.

Em 2006, assistiu-se a um agudizar da evolução do Índice de Preços, que passou de 1,7% para um valor previsível de 4,8%, valor esse, aliás, que já havia sido previsto pelo BCV no início de 2006. Recentemente, foi publicado o IPC para o ano de 2006, pelo INE, e que informava que a inflação para esse ano foi de 5,5%.

A evolução da situação monetária, em 2006, foi marcada pela posição externa da economia, reflectida na acumulação de reservas no BCV (em 2004: 2,6 meses; em 2005: 3,5 meses) que deverá este ano ser superior à de 2005, o que faz com que a massa monetária (M2) cresça para além do programado de 11% (13% em Setembro de 2006).

Ao nível bancário, destaca-se um aumento da concorrência, que se traduziu num abaixamento das taxas de juro, não só das operações activas, como também das operações passivas, devido ao excesso de liquidez.

Ao nível do Crédito Interno, durante os primeiros nove meses de 2006, o crescimento desta variável foi muito reduzido, tendo, no último trimestre, surgido um aumento da procura, principalmente por parte das grandes empresas cabo-verdianas.

Indicadores da Economia Cabo-Verdiana

Designação	2006	2005
Produto Interno Bruto	5,5%	6,5%
Inflação	5,4%	0,4%
Crédito Interno Total	10,0%	3,8%
Massa Monetária	16,1%	16%

Denota-se um aumento do financiamento externo, via Sucursais de bancos estrangeiros, no âmbito da zona de “offshore”.

As taxas de juro dos títulos de dívida pública denotam uma subida ligeira face a 2005.

Os Bilhetes do Tesouro apresentam taxas de 3,13% e as Obrigações do Tesouro são leiloadas a taxas de 5,41%.

Ao nível da intervenção do Banco Central, destaca-se, em Fevereiro de 2006, uma descida da taxa das Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC), que passou de 17% para 15%.

1.2 Caixa Económica

O ano de 2006 ficará marcado, seguramente, como um bom exercício para a Caixa Económica, tanto em termos da actividade e dos resultados, como em termos do desenvolvimento institucional.

Foram concluídos, submetidos à aprovação e aprovados, projectos que vão marcar decisivamente a visibilidade e a notoriedade da instituição no mercado nacional. Tratam-se do projecto da sede nacional, na cidade da Praia, do projecto da agência regional do Mindelo, ilha de S. Vicente, e do projecto de ampliação da agência de Assomada, Santa Catarina, ilha de Santiago.

Foi adquirido um terreno para a construção da Agência da Caixa na Ilha da Boa Vista e adjudicado o respectivo projecto de arquitectura.

Foi ainda, adquirido um terreno em Porto Novo, Santo Antão, para a construção da agência naquela que é a mais nova cidade do país.

Com vista a equacionar os constrangimentos existentes e reforçar a nossa presença na cidade da Praia, foi alugado e remodelado um espaço para a abertura de um balcão em Achada de S. Felipe.

Em concertação com a Câmara Municipal do Paúl, esta disponibilizou um espaço para a abertura de um pequeno balcão no Paúl, concelho onde não existe nenhuma instituição bancária.

Foi ainda acordada, com a Câmara Municipal de Ribeira Grande, a abertura de um pequeno balcão na localidade de Coculi, local estrategicamente situado no cruzamento de varias ribeiras deste concelho.

Na Ilha do Fogo, Concelho dos Mosteiros, foi localizado um espaço para abertura de um pequeno balcão. Este espaço irá funcionar em regime de aluguer.

Foram dados passos decisivos com vista à instalação de um serviço operacional de apoio às agências, visando libertá-las de tarefas administrativas, a fim de poderem dedicar-se exclusivamente ao atendimento do cliente e a actividades promocionais.

Foi disponibilizado o serviço da *Internet-Banking*, acompanhado de um novo Site institucional, como forma de acompanhar a evolução do mercado e facilitar a comunicação entre o banco e os clientes. Com o apoio do Montepio Geral, disponibiliza-se diariamente aos nossos clientes o valor das taxas *Euribor*, em todos os prazos em que é publicada pelo Banco Central Europeu.

A recuperação de crédito continuou a merecer grande atenção por parte da instituição, com resultados muito positivos ao nível da rendibilidade.

Procedeu-se ao alargamento das linhas de crédito promocionais para particulares destinadas a financiar equipamentos informáticos e de recheio de lar, e à assinatura de vários protocolos com as casas comerciais do país.

A formação e capacitação dos trabalhadores mereceram uma atenção especial durante o exercício de 2006, traduzida na realização de várias acções de formação em diversas áreas, como a liderança e a análise financeira.

Na sequência da criação da Direcção Comercial, foram realizados dois encontros de gerentes, com vista a harmonizar as atitudes e as práticas comerciais, de forma a melhor enfrentar os desafios do mercado.

A concorrência entre os Bancos Nacionais e Internacionais para as grandes operações agudizou-se, nomeadamente pela via da oferta de crédito a taxas muito baixas.

Como consequência do excesso de liquidez e da descida drástica das taxas de juro das operações activas, procedeu-se a uma redução significativa das taxas de juro passivas, tendo as mesmas passado para 4%, para os depósitos a prazo de um ano.

1.3 Principais Aspectos Institucionais

O capital social da CECV encontra-se distribuído pela forma indicada no quadro abaixo, estando admitido à cotação, na Bolsa de Valores de Cabo Verde, um volume de acções que representa 60% do seu capital social. Durante o ano de 2006, registou-se uma única operação, cujo valor de transacção foi de 6.100\$00 por acção.

Distribuição do Capital Social

Entidade	Nº de Acções	%
Instituto Nacional de Previdência Social	109.390	31,4%
Montepio Geral-Associação Mutualista	61.272	17,6%
Correios de Cabo Verde	52.160	15,0%
Impar – Companhia Caboverdiana de Seguros	38.368	11,0%
Caixa Económica Montepio Geral	34.204	9,8%
Grupo Local*	26.045	7,5%
Outros Subscritores	22.726	6,5%
Trabalhadores	3.835	1,1%
Total	348.000	100,0%

*Grupo de 50 empresários e quadros nacionais

2. Síntese da Actividade

Em 2006, a Caixa Económica de Cabo Verde conseguiu, num ambiente fortemente competitivo que se vive no sector financeiro, concretizar os principais objectivos definidos para esse ano e pôr em prática diversas medidas que constituirão as bases do seu desenvolvimento futuro.

Estabeleceu-se como principal meta a melhoria sustentada da rentabilidade e a preservação e fortalecimento da solidez financeira da Instituição.

Para tal, elegerem-se como principais áreas de actuação o crescimento das actividades, a diversificação das fontes de proveitos, o controlo da progressão de custos, a melhoria dos indicadores de risco e o aumento da eficiência.

Os Depósitos de Clientes cresceram 24,98%, ou seja, 4.413,7 milhares de contos, passando de 17.668,1 milhares de contos, em 2005, para 22.081,8 milhares de contos, em 2006.

O Crédito Líquido atingiu os 14.002,6 milhares de contos, evidenciando um crescimento de 19,45%, ou seja, 2.280 milhares de contos.

A nossa quota de mercado global passou de 25,5%, em 2005, para 28,3%, em 2006, enquanto a dos Depósitos, passou de 25,9%, para 28,3%, e a do Crédito à Economia, de 37,4%, em 2005, para 37,9%.

O Activo Líquido registou um crescimento de 23,4%, atingindo os 25.439,1 milhares de contos, em 2006, contra os 20.618,6 milhares de contos, em 2005.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 278,8 milhares de contos, representando um crescimento de 103,7%, em relação a 2005.

A rentabilidade dos Recursos Próprios passou de 8,99% para 17,3%.

A qualidade dos créditos conheceu uma ligeira melhoria em relação a 2005, passando o rácio do crédito vencido de 6,09% para 5,6%, em 2006, mau grado em termos de valores absolutos ter aumentado cerca de 68,4 milhares de contos.

O rácio de solvabilidade baixou de 12,8% para 10,1%, como consequência directa do grande crescimento do crédito concedido. Apesar desta redução, o valor apresentado continua acima dos limites mínimos impostos pelo Banco de Cabo Verde.

3. Actividade Bancária

3.1. Depósitos

Os depósitos totais atingiram o valor de 22.081.804 contos, mais 4.413.726 contos do que no ano 2005, evidenciando um crescimento de 24,98%.

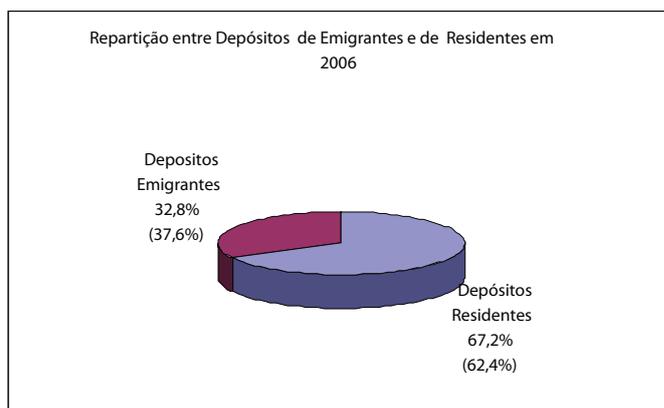
Mantendo a tendência do ano anterior, o aumento de depósitos foi liderado pelo segmento dos residentes, que cresceu à taxa de 34,8%, sendo de destacar o crescimento dos depósitos à ordem, que atingiu 55,43%.

A quota parte dos Depósitos de Emigrantes no total de depósitos passou de 37,6%, em 2005, para 32,8%, em 2006, devido, por um lado, à aceleração do crescimento de Depósitos de Residentes e, por outro lado, à redução do ritmo de crescimento dos Depósitos de Emigrantes.

As contas de títulos de tesouro diminuíram em relação ao ano 2005, de 549.160 para 108.000 contos, devido ao nível extremamente baixo das taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro.

Evolução Depósitos Emigrantes e Residentes (Contos)

Depósitos	31-Dez-2006	31-Dez-2005	Crescimento em 2006	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Residentes	14.838.971	11.067.157	3.771.814	34,08%
Depósitos à Ordem	10.428.616	6.709.672	3.718.944	55,43%
Depósitos a Prazo	4.302.355	3.808.325	494.030	12,97%
Bilhetes do Tesouro	108.000	549.160	-441.160	-80,33%
Emigrantes	7.242.833	6.600.921	641.912	9,72%
Depósitos à Ordem	820.943	639.084	181.859	28,46%
Depósitos a Prazo	6.421.890	5.961.837	460.053	7,72%
Depósitos Totais	22.081.804	17.668.078	4.413.726	24,98%

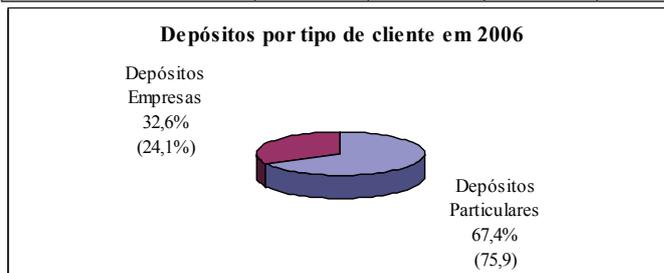


Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

Apesar dos Depósitos de Particulares continuarem a predominar na estrutura de depósitos por tipo de cliente, o seu peso sofreu uma redução significativa em relação a 2005, devido ao crescimento extraordinário verificado a nível dos depósitos das empresas (+65,8%).

Evolução dos Depósitos das Empresas e dos Particulares (Contos)

Depósitos	31-Dez-2006	31-Dez-2005	Crescimento em 2006	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Depósitos Particulares	14.893.496	13.332.614	1.560.882	11,71%
Depósitos Empresas	7.188.308	4.335.464	2.852.844	65,80%
Total	22.081.804	17.668.078	4.413.726	24,98%



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

3.2. Créditos

A actividade de crédito conheceu um incremento substancial em relação ao ano anterior, explicado pela conjugação de vários factores, de entre os quais se destacam a redução das taxas de juro das operações activas e o dinamismo e a inovação comercial da Instituição.

O Crédito Concedido Bruto atingiu os 14.670.102 contos, registando um crescimento de 2.337.435 contos, ou seja, 18,95%, em 2006.

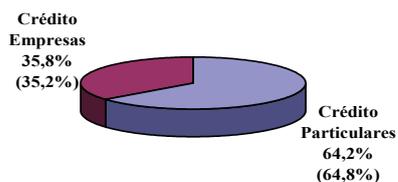
O Crédito a Particulares, e que representa 64,2% da carteira da instituição, teve um crescimento de 17,85%, enquanto que o Crédito às Empresas cresceu 20,99%, sendo de realçar neste o crescimento espectacular do Crédito à Tesouraria, que atingiu os 1.248.861 contos, evidenciando um aumento de 51,22% em relação a 2005.

Deste modo, o Crédito às Empresas experimentou uma ligeira subida do seu peso no Crédito Total, passando de 35,2%, em 2005, para 35,8%, em 2006.

Evolução do Crédito Bruto (Contos)

Créditos	31-Dez-2006	31-Dez-2005	Crescimento 2006	
	Realizado	Realizado	Valor	%
Particulares	9.415.678	7.989.803	1.425.875	17,85%
- Habitação	6.516.855	5.873.416	643.439	10,96%
- Outros Fins	2.898.823	2.116.387	782.436	36,97%
Empresas	5.254.424	4.342.864	911.560	20,99%
- Investimento	4.005.563	3.516.982	488.581	13,89%
- Tesouraria	1.248.861	825.881	422.980	51,22%
Total do Crédito Bruto	14.670.102	12.332.667	2.337.435	18,95%

Repartição do Crédito Empresa - Particulares 2006



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

Apesar da importância crescente do Crédito à Tesouraria e do Crédito para Outros Fins, o Crédito à Habitação continua a ser o de maior peso na carteira de crédito da Caixa (44,4%). Houve, no entanto, uma diminuição do seu peso em relação aos anos de 2005 e 2004.

Crédito por finalidade - 2006



Nota: Os valores entre parêntesis referem-se ao ano de 2005.

A distribuição do crédito em situação normal por maturidade mostra que o crédito a médio longo prazo (maturidade superior a 1 ano) constitui 88,6% do total, apesar de uma ligeira diminuição em relação a 2005, em que representava 90,6% da carteira.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NORMAL POR PRAZOS (Contos)

Designação	2006		2005		Variação	
	valor	%	valor	%	valor	%
Curto Prazo	1.578.519	11,4	1.085.084	9,4	493.435	45,5
Médio e Longo Prazos	12.272.677	88,6	10.497.060	90,6	1.775.617	16,9
Total	13.851.196	100,0	11.582.144	100,0	2.269.052	19,6

Durante o ano de 2006, foram realizados 5.618 contratos de crédito, no valor total de 5.898.566 contos, evidenciando um crescimento em valor de 56,1% em relação ao ano de 2005. É de realçar o forte crescimento do valor dos Créditos a Particulares e Outros Fins (+ 74%) e do Crédito à Tesouraria (+ 90,8%).

EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS REALIZADOS

(contos)

Finalidade	2006			2005			Variação		
	nº	valor	%	nº	valor	%	nº	valor	%
Habitação	285	1.008.910	17,1%	272	808.676	21,4%	13	200.234	24,8%
Part. Outros Fins	4.683	1.950.398	33,1%	2.746	1.121.058	29,7%	1937	829.340	74,0%
Investimento	160	1.251.494	21,2%	154	965.072	25,5%	6	286.422	29,7%
Tesouraria	490	1.687.764	28,6%	477	884.508	23,4%	13	803.256	90,8%
TOTAL	5.618	5.898.566	100,0%	3.649	3.779.314	100,0%	1.969	2.119.252	56,1%

O aumento considerável do Crédito a Particulares e Outros Fins deveu-se aos novos produtos lançados durante o ano: Credicomputador e Credilar. No caso do Crédito à Tesouraria foi a realização de alguns créditos de montante elevado.

EVOLUÇÃO DOS CREDITOS APROVADOS

(contos)

Finalidade	2006			2005			Variação		
	nº	valor	%	nº	valor	%	nº	valor	%
Habitação	301	1.074.122	19,3%	298	995.186	26,0%	3	78.936	7,9%
Part. Outros Fins	4.747	1.973.400	35,5%	2.685	1.129.820	29,5%	2062	843.580	74,7%
Investimento	163	1.204.004	21,7%	166	866.321	22,6%	-3	337.683	39,0%
Tesouraria	493	1.300.350	23,4%	489	842.798	22,0%	4	457.552	54,3%
TOTAL	5.704	5.551.876	100,0%	3.638	3.834.125	100,0%	2066	1.717.751	44,8%

No crédito aprovado constatamos uma evolução positiva de 44,8% no seu valor, registando-se um aumento considerável nos Créditos a Particulares Outros Fins.

EVOLUÇÃO DOS PEDIDOS DE CREDITO ENTRADOS

(contos)

Finalidade	2006			2005			Variação		
	nº	valor	%	nº	valor	%	nº	valor	%
Habitação	349	1.429.364	23,1%	360	1.281.198	26,8%	-11	148.166	11,6%
Part. Outros Fins	5.144	2.169.387	35,0%	2.894	1.351.521	28,3%	2250	817.866	60,5%
Investimento	206	1.132.503	18,3%	188	1.104.343	23,1%	18	28.160	2,5%
Tesouraria	597	1.469.618	23,7%	566	1.046.945	21,9%	31	422.673	40,4%
TOTAL	6.296	6.200.872	100,0%	4.008	4.784.007	100,0%	2288	1.416.865	29,6%

Em termos de procura de crédito, traduzida em pedidos entrados, registou um aumento em valor de 29,6% em relação ao ano de 2005.

Também aqui, o destaque vai para o Crédito a Particulares Outros Fins - CREDILAR e CREDICOMPUTADOR. É de realçar a diminuição, ainda que ligeira, em número, dos pedidos de Crédito à Habitação.

3.3 Crédito e Juros Vencidos

Apesar do valor do crédito e dos juros vencidos conhecer um ligeiro aumento de 9.1%, passando de 750.522 contos, em 2005, para 818.907 contos, em 2006, a qualidade da carteira conheceu uma ligeira melhoria, em relação a 2005, como resultado dos esforços na recuperação do crédito e do acentuado crescimento verificado a nível do crédito total, tendo o rácio de crédito vencido passado de 6,09%, em 2005, para 5,59%, em 2006.

Em termos de distribuição por maturidade, o maior aumento ocorreu no segmento de crédito vencido com mais de 12 meses de atraso (+ 75.570 contos), tendo mesmo diminuído o valor do crédito vencido com mais de 3 meses e até 12 meses (- 11.184 contos).

EVOLUÇÃO DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS (Contos)

Designação	2006		2005		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Particulares	208.643	25,5	150.817	20,1	57.826	38,3
- Habitação	64.604	7,9	55.264	7,4	9.339	16,9
- Outros Fins	144.039	17,6	95.552	12,7	48.487	50,7
Empresas	610.265	74,5	599.706	79,9	10.559	1,8
- Investimento	401.358	49,0	454.033	60,5	-52.675	-11,6
- Tesouraria	208.906	25,5	145.672	19,4	63.234	43,4
Total Crédito e Juros Vencidos	818.907	100,0	750.522	100,0	68.385	9,1
- Até 3 meses	45.876	5,6	41.877	5,6	3.999	9,5
- Mais de 3 meses e até 12 meses	98.522	12,0	109.707	14,6	-11.184	-10,2
- Mais de 12 meses	674.509	82,4	598.939	79,8	75.570	12,6

A análise do rácio de crédito e juros vencidos por segmento revela que o de particulares apresenta menor risco, com especial destaque para o Crédito à Habitação, com um rácio inferior a 1%, registando-se uma ligeira diminuição dos rácios, tanto no Crédito ao Investimento como no Crédito à Tesouraria.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, praticamente, não sofreu alterações, situando-se nos 81,5%, contra 81,3% no exercício anterior.

Evolução do Rácio do Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total

Tipo de Crédito	2006	2005
Crédito Habitação	0,99%	0,94%
Crédito Outros Fins	4,97%	4,51%
Crédito Investimento	10,02%	12,91%
Crédito Tesouraria	16,73%	17,64%
Crédito Total	5,59%	6,09%

3.4 Aplicações Financeiras

Dado o nível das taxas de juro dos Títulos de Tesouro, a participação da Caixa no mercado primário de títulos de dívida pública, foi menos expressiva do que em 2005. Continuou a privilegiar-se as obrigações, tendo em conta que manteve rendimentos muito superiores aos Bilhetes do Tesouro, que, apesar duma ligeira melhoria, manteve-se à volta dos 3%, contra os 5% para as Obrigações.

O valor investido em Obrigações de Tesouro atingiu os 700.000 contos contra 426.000 contos em Bilhetes de Tesouro.

Como forma de absorver parcialmente o excesso de liquidez no sistema bancário, o Banco Central lançou varias emissões de Títulos de Intervenção Monetária, tendo Caixa aplicado cerca de 670.000 contos nesses instrumentos.

O Mercado Secundário de Bilhetes do Tesouro deixou de ter expressão, como consequência da permanência das taxas de juro a níveis extremamente baixos.

4. Gestão dos Meios

4.1 Recursos Humanos

Pautada pelo compromisso com a responsabilidade social, a política de Recursos Humanos da Caixa é permanentemente aprimorada para assegurar condições e relações de trabalho cada vez melhores para os seus colaboradores.

O objectivo primordial da CECV é apresentar elevados níveis de rentibilidade, que lhe permitam maximizar o valor na perspectiva do accionista, melhorar de forma sustentada os níveis de solidez patrimonial, motivar e compensar os seus colaboradores. Isso só é possível se conseguir proporcionar o acesso a um serviço financeiro moderno, de qualidade e competitivo, a todos os seus clientes, incluindo as camadas sociais mais desfavorecidas, combatendo a exclusão financeira.

Para tal, apoia-se num quadro de Valores Fundamentais que deverão guiar a postura e a acção da própria instituição, bem como o comportamento profissional dos seus colaboradores, quer nas suas relações internas, quer na relação que estabelecem com os seus clientes.

Valores como Qualidade Total (Front-Office, Back-Office, Acompanhamento), Rigor e Profissionalismo, Segurança, Confiança, Integridade, Responsabilidade, Dedicção e Dignificação do nome e imagem da Instituição, são continuamente cultivados e efectivamente partilhados e interiorizados por todos, fazendo parte da cultura da Instituição.

A CECV adopta como lema *Tradição e Modernidade*, traduzindo o que, de facto, esta instituição representa. Procura preservar a sua história, o prestígio e a experiência acumulada e, ao mesmo tempo, ser moderna e estar na crista da tecnologia que o sector adopta.

A consideração destes valores, enquadrados na actividade que desenvolve, determinam um conjunto específico de regras de conduta e normas deontológicas, que toda a instituição procura pôr em prática, deste modo se distinguindo da concorrência.

4.1.1 Caracterização dos Efectivos

Em 2006, a CECV contava com 192 colaboradores, sendo 147 do Quadro de Pessoal, 42 com contratos a termo e 3 com licença de longa duração. Dos efectivos, 93 são mulheres e 99 são homens. A média de idades situava-se nos 36 anos, tendo cerca de 1/3 dos colaboradores menos de 30 anos. Constitui uma população jovem, tendo cerca de 40% menos de 5 anos de antiguidade. Quanto a qualificações, 41% têm formação superior, 8% frequência universitária e 31% o 3º ciclo completo.

QUADRO 1. COMPOSIÇÃO DOS EFECTIVOS

Composição do efectivo	2006		
	Homens	Mulheres	Total
Quadro de Pessoal	73	74	147
Licença sem Vencimento	3	0	3
Contratados a Termo	22	20	42
Total dos Efectivos	98	94	192

QUADRO 2. EFECTIVOS POR ESCALÃO ETÁRIO

Estrutura Etária (31 de Dezembro)	Total	%
21 – 30 anos	59	31%
31 – 40 anos	66	34%
41 – 50 anos	57	30%
Mais de 50 anos	10	5%
Total geral	192	100%
Nível Médio = Soma de idades/Total de efectivos		36

QUADRO 3. EFECTIVOS POR ANTIGUIDADE

Estrutura de Antiguidades (em 31 de Dezembro)	Total	%
inf. a 2 anos	43	22%
2 a 5 anos	32	17%
6 a 10 anos	61	32%
11 a 15 anos	31	16%
16 a 22 anos	19	10%
Mais de 22 anos	6	3%
Total	192	100%
Nível Médio de Antiguidade = Soma das antiguidades / Totais de efectivos		8,3

QUADRO 4. EFECTIVOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Habilitações	Homem	Mulher	Total	%
Pós-Graduação	2	1	3	2%
Licenciatura	25	29	54	28%
Bacharelato	15	7	22	11%
Freq. Universitária	8	7	15	8%
3º Ciclo Completo	30	30	60	31%
3º Ciclo Incompleto	1	5	6	3%
2º Ciclo Completo	8	11	19	10%
2º Ciclo Incompleto	1	1	2	1%
1º Ciclo Completo	8	2	10	5%
1º Ciclo Incompleto	0	1	1	1%
TOTAL	98	94	192	100%

Funções	Direcção	Assessor	Coord. de Gabinete	Chefe de Serviço	Gerentes	Sub-gerente	Chefe de Secção	Caixa Principal	Tesoureiro	Secretária	Caixas	Técnico Superior	Técnico Administ.	Apoio Administ.	Total
Homem	3	1	2	0	3	4	2	3	1	0	21	17	31	10	98
Mulher	3	0	1	3	7	2	0	9	0	1	21	12	22	13	94
Total	6	1	3	3	10	6	2	12	1	1	42	29	53	23	192
%	3%	1%	2%	2%	5%	3%	1%	7%	1%	1%	22%	13%	29%	12%	100%

A maioria de trabalhadores nomeados para funções específicas exerce função de Caixa, seguida pelas funções de Caixa Principal e de Gerência. Cerca de 50% dos cargos de chefia são ocupados por mulheres, o que evidencia a igualdade de oportunidades oferecida na instituição.

4.1.2 Formação e Desenvolvimento

A Caixa considera o capital humano um elemento fundamental na consecução da sua estratégia de actuação e no cumprimento do seu compromisso maior de responder com eficiência e qualidade às solicitações impostas pelo mercado.

Manter profissionais motivados e bem treinados é essencial ao bom desempenho da instituição. Por esse motivo, a Caixa observa uma política de formação que visa oferecer aos seus colaboradores oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo, por meio de participação em cursos promovidos interna ou externamente, sobre as matérias descritas nos quadros seguintes.

Ações de Formação – No Estrangeiro	Nº de Participantes
Gestão Bancária	1
Desenvolver Competências de Gestão QAS	1
Avaliar e desenvolver competências de liderança	1
Auditoria Bancária	1
Total de participantes	4

Formação Interna	Nº de Participantes
Abertura e Manutenção de Contas	18
Integração de novos colaboradores	36
Reciclagem - Atendimento, Produtos e Serviços, Auditoria	59
Reciclagem - Área Jurídica	35
Reciclagem - Western Union	7
Intervenção nos Balcões - ASA e Plateau	19
Total de participantes	174

Formação - Externa	Nº de Participantes
O que é a Bolsa de Valores	3
Sifox Back Office	4
Direito Fiscal	3
Excel Avançado	9
Plataformas Logísticas	1
Transição para as IFRS	3
Controle de Gestão e Avaliação da Performance	5
Balanced Scorecard	4
Gestão de Competências e Coaching	29
Análise de Balanço e Créditos a empresas	32
Total de participantes	93

Os investimentos em formação alcançaram 8.410.000,00 ECV, em 2006, representando um crescimento de 158% em relação ao ano anterior.

4.1.3- Mobilidade de Pessoal

Ao longo do ano de 2006 foram admitidos 35 novos colaboradores, tendo-se verificado a saída de 6, pelo que o aumento líquido do efectivo foi de 29. Das saídas verificadas, cinco foram por cessação de contrato de trabalho e uma por reforma.

Foram promovidos 4 colaboradores a cargos de Director-Adjunto, Coordenador de Gabinete, Chefe de Serviço e Chefe de Sector.

4.2 – Recursos Tecnológicos e Informáticos

As actividades exercidas, durante 2006, foram todas influenciadas pelo desenvolvimento do importante Projecto de Reestruturação da Rede e Sistema de Comunicação (PRRSC), iniciado em 2004, e que visa dotar a instituição duma rede moderna, modular, segura e capaz de suportar o *intranet* e o *internet banking*.

O elemento mais marcante e mais visível, para o ano de 2006, foi, sem dúvida, a conclusão, com êxito, do projecto de *internet banking*, denominado CaixaNet, para a satisfação dos nossos clientes, tanto no país, como na diáspora.

Foram dados passos decisivos no domínio da reestruturação da Rede e Comunicações, com vista à instalação do *Intranet*, *E-mails* e *Fax Server*. Esta reestruturação implica a substituição de uma parte significativa do parque informático da instituição.

Foi instalado, em produção, na Agência da Achada de S. Filipe, o novo *Front Office*, denominado Kanalo.

Foram instalados, em produção, novos módulos informáticos, com o objectivo de facilitar a automatização das operações e o tratamento diferenciado dos clientes em função do seu nível de risco e de rentabilidade.

Foi reformulado todo o sistema de cablagem da Direcção de Informática e das agências da Fazenda e do Plateau.

4.3 Organização e Qualidade

Em 2006, a Caixa continuou a focalizar a sua atenção na realização dos objectivos definidos como prioritários para garantir que a política de qualidade se pratique no quotidiano das nossas relações com o Cliente.

Refira-se que investir na boa qualidade do serviço reveste-se de uma importância crucial, na medida em que, num mercado competitivo como é actualmente o nosso, a associação dessa particularidade vai marcar a diferença na relação com o Cliente e determinar a sua escolha, facilitando uma maior penetração no mercado.

4.3.1. Qualidade

Em 2006, a Caixa continuou a desenvolver o Modelo de Gestão pela Qualidade, com vista a incentivar a operacionalização das práticas de excelência e, assim, aumentar a competitividade da nossa Instituição.

Cientes de que um dos pilares da satisfação dos clientes é o bom funcionamento dos serviços internos, mobilizam os nossos esforços, realizando acções de que destacamos as seguintes:

- Realização do projecto de *Internet-banking CAIXANET*, introduzindo funcionalidades e especificidades novas em relação ao que a concorrência oferece neste âmbito, tendo, neste momento no final do ano, 1.419 contratos activos com clientes dos diversos segmentos, dos quais 86% correspondem a Clientes Particulares e 14% a Empresas);
- Promoção de indicadores de qualidade para a *front-office* das Agências, o que permitiu introduzir incentivos de diferenciação positiva na área comercial;
- Reformulação das condições de acesso ao “*Credicaixa*” que resultou na publicação de novas normas;
- Na alteração dos horários de fecho e nas novas opções de aceitação de depósitos de clientes.

4.3.2 Organização Interna

No âmbito do projecto “Mudança Organizacional”, iniciado em 2003, verificou-se, durante o ano acabado de findar, um forte incremento na realização de acções relacionadas com a melhoria contínua dos processos e o desenvolvimento dos sistemas, sendo que o projecto de reestruturação a nível do modelo orgânico está ainda a ser objecto de uma reflexão interna.

No que concerne ao desenvolvimento organizacional, uma das iniciativas de maior relevância é o arranque do projecto de criação de uma nova estrutura - a Direcção Operacional -, tendo em vista o reforço do controlo das actividades realizadas pelo *BackOffice*, a melhoria contínua dos processos, a libertação das Agências de tarefas administrativas, de modo a concentrarem o esforço de actuação na relação personalizada com o Cliente.

4.3.3. Processos

No decurso do ano de 2006 foram realizadas várias acções de que se destacam as seguintes:

- Divulgação, no âmbito do dever de prestação de informação, de um novo preçário das comissões e das taxas de juros praticadas pela Caixa, permitindo, deste modo, o cumprimento das normas estabelecidas de acesso à informação ao Cliente;
- Introdução de novas metodologias de trabalho, através da análise das não conformidades ocorridas nas Agências e propostas de soluções;
- Promoção e análise de indicadores de qualidade para a *front-office* das Agências;
- Automatização do sistema de envio de dados à compensação para efeito de realização de operações de transferências bancárias;
- Revisão de normas que permitam o reforço do controlo interno.

4.4. Instalações

Com o objectivo de equacionar os diversos constrangimentos actualmente existentes, tanto a nível dos serviços centrais, como a nível da rede comercial, foram apresentados e aprovados pelas respectivas Câmaras Municipais, o projecto de arquitectura para a construção da Sede da Instituição na cidade da Praia, o projecto da Agência no Mindelo - S.Vicente e o projecto de alargamento da Agência em Assomada, Santa Catarina, Ilha de Santiago .

Prosseguindo com a política de expansão da rede comercial, foram adquiridos terrenos para as futuras instalações de balcões na cidade de Porto Novo, Ilha de S.Antão, e na vila do Sal Rei, Ilha da Boavista.

Procedeu-se ao aluguer e à remodelação de um espaço para a abertura de um balcão na zona de Achada de S.Filipe, cidade da Praia, o que elevará para 7 o número de pontos de venda da Caixa nesta cidade.

No âmbito da parceria com os Correios de Cabo Verde, foram ligados em *on-line* os serviços de Western Union das Delegações nas Estações dos Correios de Cabo Verde no Tarrafal de Santiago, no Porto Novo, santo Antão, na Ribeira Brava e no Tarrafal, Ilha de S.Nicolau, permitindo, assim, a prestação de um serviço de melhor qualidade.

Foram identificados, a nível nacional, três pontos adicionais para o alargamento da rede de balcões, em 2007.

4.5. Marketing

A Caixa participou na 10ª Feira Internacional de Cabo Verde (FIC 2006), realizada na Cidade da Praia, para a divulgação dos seus produtos e serviços, assim como estabelecer contactos directos com os operadores económicos e o público em geral.

Durante o ano de 2006, procedeu-se ao lançamento de novos produtos, como o CREDICOMPUTADOR, CREDILAR e o Cartão VISA CORPORATE, com impacto muito positivo, tanto a nível do crédito a Particulares Outros Fins, como a nível da notoriedade da instituição.

Com a preocupação de melhorar continuamente as condições e a qualidade de atendimento e do serviço prestado, procedeu-se, em algumas agências, ao refrescamento da imagem, com a aquisição de suportes em acrílico para cartazes, porta-folhetos e montras, e à instalação do sistema electrónico de gestão de fila de atendimento.

4.6 Novos Canais de Distribuição

No domínio dos meios de pagamento electrónico, destaca-se a instalação de 1 ATM, elevando para 17 o número de ATM's instalados pela Caixa, enquanto que o sistema, no seu todo, passou a contar com 61 ATM's instalados, o que representa uma quota de mercado de 27,9%.

Quanto aos cartões de débito da Rede Vinti4, até Dezembro de 2006, foram produzidos mais 38.545 novos cartões, cabendo à Caixa a emissão de 10.906, o que corresponde a 28% do total de novas emissões. Relativamente ao número de transacções, a Caixa diminuiu a sua quota de 38,2% para 36,2%, de um total de 2.631.443.

Em termos de instalação de novos POS, a Caixa instalou mais 19 POS, mas perdeu quota de mercado, passando para os 20,2%, visto que o sistema, de 212 POS, em 2005, passou a contar com 386 POS, em 2006.

Quanto às transacções feitas nos POS, a Caixa teve uma diminuição da sua quota em relação a 2005, porquanto, de 29,7% passou para 25,6%.

Em relação aos cartões Visa, durante o ano de 2006, a Caixa foi o primeiro e único banco a lançar os cartões *Corporate*, destinada exclusivamente a Empresas. O total de cartões Visa emitidos foi de 93 cartões, em 2006, passando a Caixa a contar com o total de 176 cartões, no valor global de crédito atribuído de 37.860 contos.

Quanto aos cartões Jovem, emitidos em parceria com a Direcção Geral de Juventude, em 2006, a Caixa emitiu um total de 347 cartões Jovem e 113 cartões Jovem Universitário, o que representou um crescimento de 230,9%.

Em Outubro de 2006, a Caixa lançou o seu novo serviço de *Internet-banking*, tendo sido designado por *CAIXANET*, bem como o novo site *www.caixa.cv*, com apresentações públicas na cidade da Praia e no Mindelo, de forma a esclarecer sobre as funcionalidades do serviço.

De Outubro a Dezembro, foram efectuados 1.011 contratos *CaixaNET* para particulares e 163 para empresas, de que resultaram 61.946 transacções.

4.7. – Relações com os Emigrantes

As acções promocionais junto da nossa comunidade emigrada foram muito limitadas, tendo em conta a acentuada redução das taxas de juro dos depósitos a prazo de emigrantes, verificada durante o exercício, o que conduziu a uma contracção significativa do crescimento dos seus depósitos.

A preocupação da instituição em relação à nossa comunidade emigrada foi materializada através da disponibilização do *Internet-banking* como meio de comunicação e de disponibilização de serviços.

Foi igualmente estabelecido um contacto com a comunidade residente no Luxemburgo, através de um programa radiofónico destinado às comunidades imigradas naquele país europeu.

5. Relações Internacionais.

As actividades do Instituto Mundial das Caixas Económicas continuaram a merecer a atenção da nossa Caixa. Assim, participamos em duas das actividades realizadas pelo Instituto, a saber, o Congresso Mundial e o Fórum das Caixas Económicas e Postais.

Participou-se, igualmente, na conferência anual dos agentes da Western Union, onde são apresentados os últimos desenvolvimentos do serviço, as melhores práticas e as perspectivas de desenvolvimento do serviço.

No âmbito da busca de soluções para os constrangimentos existentes, foi efectuada uma visita ao Banco Comercial dos Açores, no sentido de conhecer a sua experiência em áreas de interesse para a nossa instituição na perspectiva, da introdução de melhorias adicionais no funcionamento da instituição.

Na sequência da emissão de cartões de crédito com a marca da Caixa em 2005, e com o objectivo de enriquecer o serviço associado ao cartão, foi efectuada uma visita ao nosso correspondente em Luxemburgo e parceiro de longa data no domínio dos cartões de crédito.

6. Actividades no Âmbito da Responsabilidade Social

Dando continuidade à sua política de Responsabilidade Social, a Caixa patrocinou e apoiou diversos eventos nas áreas sociais, desportivas e culturais, de entre os quais destacamos os seguintes.

Na área cultural, o apoio ao grupo teatral Juventude em Marcha para a rodagem da peça teatral “Canjada”, o patrocínio do CD a solo do artista Tó Alves, do conjunto OBÁ, na gravação do CD Resistência, do artista Vadú, na gravação do CD a solo, do artista Kim Alves, na gravação do CD da artista Isa Pereira, na realização do espectáculo musical “Na Kultura, Nós Riqueza”, do artista Homero Fonseca, na gravação do DVD “Mornas de Sto Antão”, da artista Grace Évora na gravação do DVD a solo do grupo musical Ferro e Gaita, na gravação do CD/DVD ao vivo do grupo PBS, na produção do documentário sobre Tchabeta, da Associação Cultural Raiz de Polon, para formação dos bailarinos na Escola Superior de Dança, e o grupo musical Raiz de Djarfogo na aquisição de instrumentos musicais.

A Caixa também deu continuidade ao apoio às Câmaras Municipais na realização de eventos e diversos festivais, dos quais destacamos: a Câmara Municipal de Santa Catarina na realização do encontro de emigrantes, a Câmara Municipal de S. Filipe na comemoração do dia do município, a Câmara Municipal de Santa Cruz em homenagem ao artista “Katchás”, a Câmara Municipal de São Vicente na realização do XX Edição do Festival da Baía das Gatas, a Câmara Municipal da Praia na realização do Festival da Gambôa, a Câmara Municipal do Sal na realização do festival de Santa Maria, Câmara Municipal de São Miguel na realização das festividades do município.

Também nas actividades desportivas, foi dada, entre outros apoios, continuidade ao patrocínio do Batuque F. C. em S. Vicente e do Boavista F. C. na Praia, equipamentos desportivos do Grupo Desportivo da Calheta de S. Miguel, da escola Epif na sua deslocação a Espanha, a Federação Cabo-verdiana de Atletismo na realização da corrida de S. Silvestre, da 1ª edição da taça Santiago Sul, a Associação de Basquetebol Região Santiago Sul na 1ª edição da Taça Santiago Sul, do Cutelinho F.C. dos Mosteiros, e dos Vulcânicos F.C. para a realização do torneio Inter-encarnados.

No campo social foram concedidos vários apoios a diversas entidades de solidariedade social, nomeadamente à Associação Cabo-verdiana

de Deficientes na realização do Teleton 2006, ao Ministério da Saúde na campanha do dia Mundial da Saúde, à Fundação Infância Feliz na comemoração do Dia da Criança, ao ICCA – Instituto da Criança e do Adolescente na realização da festa de natal das crianças de rua, à ICASE no apoio aos alunos carenciados, à Ordem dos Médicos na realização do Iº Congresso da Comunidade Medica de Língua Portuguesa, ao Instituto das Comunidades para a IIIª Edição do Guia do Emigrante, à Câmara de Comércio na realização do III- Fórum Público Privado, à Secretaria Geral da Juventude a quando da realização do Festival da Juventude na ilha do Sal, e ao Agrupamento de Escutismo de Santa Teresinha na aquisição de fardamentos.

7. Micro – Crédito

Programa de Formação e Empréstimos a Micro-Empresas

Esta linha de microcrédito gerida pela Caixa é a de maior impacto e a mais importante de todas.

Durante o ano de 2006, verificou-se um acréscimo, embora não significativo, em termos do número de empréstimos concedidos, relativamente ao ano de 2005, passando de 923 para 937. Assim, e em termos globais, o número de beneficiários ascendeu a 13.879.

O montante de crédito concedido no decorrer do ano em apreço ascendeu ao montante de 42.660.000\$00, o que, comparado com o ano de 2005, representa um aumento de cerca de 4 pontos percentuais (4%), correspondendo a um montante acumulado de crédito concedido de 609.169.000\$00.

O montante do reembolso de capital mais os juros recebidos aumentou para 667.766.475\$00, dos quais 91.972.090\$00 correspondem aos juros recebidos, e o valor das cotas acumuladas pagas pelos beneficiários elevou-se para 25.991.760\$00, tendo a taxa de reembolso atingido 94%.

De referir que, em Setembro de 2006, e após uma avaliação positiva por parte de um Consultor contratado pelo ACDI/VOCA, este programa foi transferido definitivamente para a Caixa.

Programa Especial de Segurança Alimentar

Esta linha de microcrédito tem uma abrangência praticamente nacional, cobrindo os Concelhos de Tarrafal- Santiago, Porto Novo e Rº Grande- Santo Antão e também as Ilhas de Fogo e São Nicolau, sendo a sua coordenação assegurada, a nível local, pelos gerentes das Agências da Caixa e os respectivos Delegados do Ministério da Agricultura.

Até finais de Dezembro de 2006, deram entrada 70 pedidos de crédito, no valor de 21.361.746\$00, dos quais foram aprovados 55, a que corresponde um montante de 18.918.544\$00. Os restantes pedidos ficaram pendentes do cumprimento de exigências formais.

Verifica-se que o montante de créditos solicitados ultrapassa o valor já disponibilizado pela FAO, o que demonstra a importância e a aceitação desta linha de microcrédito junto dos clientes.

8. Análise da Rendibilidade

8.1. Resultados do Exercício

Os Resultados Líquidos do Exercício registaram um crescimento de 103,75%, em relação aos do ano de 2005, passando de 136.777 para 278.801 contos, o que evidencia um aumento de mais de 142.000 contos. Os Resultados Brutos do Exercício atingiram os 369.872 contos, nível nunca dantes atingido pela instituição, mercê de um acréscimo de 92,78%, ou seja, de 178.009 contos, em relação ao ano anterior.

Os Juros e Proveitos Equiparados, registaram um crescimento de 8,8%, enquanto os Juros e Custos Equiparados uma diminuição de 9%, resultando, em conjunto, num aumento de 28,15% da Margem de Intermediação Financeira, o que representa um acréscimo de 173.692 contos.

As Comissões Líquidas conheceram um crescimento de 32,19%, ou seja, mais 59.759 contos em relação ao ano anterior.

De salientar, negativamente, a redução em 111% dos Lucros Líquidos em Operações Financeiras, passando de 109.905 para -12.098 contos, como consequência da acentuada depreciação do USD, verificada ao longo do ano de 2006.

O Produto Bancário registou, mesmo assim, um crescimento de 13,14% em relação a 2005, ou seja, mais 124.700 contos, como resultado da conjugação dos movimentos acima referidos.

Os Custos Administrativos conheceram um aumento de 14,54%, explicado na sua maioria pela rubrica Fornecimento e Serviços de Terceiros, que, por sua vez, se deveu, em boa parte, ao aumento do preço dos combustíveis e ao aumento drástico do seu consumo, motivado pelos cortes de fornecimento de energia eléctrica verificados durante uma boa parte do exercício

Deste modo, os Meios Libertos apenas aumentaram 11,2%, isto é, 44.775 contos.

Os esforços desenvolvidos na recuperação do crédito, porém, produziram efeitos positivos, quer na diminuição das Provisões Líquidas, que registaram uma redução de 42,09%, ou seja, -75.149 contos, quer no acréscimo dos Ganhos e Perdas Extraordinários, que conheceram um aumento de 54.138 contos, ou seja, um crescimento de 7,11%.

Assim, os Resultados de Exploração beneficiaram de um acréscimo de 95,5%, que se traduziu numa subida de 123.871 contos.

O Cash Flow do Exercício registou um aumento de 15,47%, como consequência do aumento extraordinário verificado nos Resultados Líquidos do Exercício.

Evolução dos Resultados

(contos)

Designação	2006	2005	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
+ Juros e Proveitos Equiparados	1.394.917	1.282.367	112.550	8,78%
- Juros e Custos Equiparados	604.212	665.354	-61.142	-9,19%
= Margem de Intermediação Financeira	790.705	617.013	173.692	28,15%
+ Comissões Líquidas	245.422	185.663	59.759	32,19%
+ Lucros Líquidos Operações Financeiras	-12.098	109.905	-122.003	-111,01%
+ Outros Prov. Líquidos	49.930	36.678	13.252	36,13%
= Produto Bancário	1.073.959	949.259	124.700	13,14%
- Custos Administrativos	629.563	549.638	79.925	14,54%
C. Pessoal	296.248	265.010	31.238	11,79%
Forn. Serv. Terc.	333.315	284.628	48.687	17,11%
= Meios Libertos	444.396	399.621	44.775	11,20%
- Amortizações	87.432	91.381	-3.949	-4,32%
- Provisões Líquidas	103.382	178.529	-75.147	-42,09%
= Resultados de Exploração	253.582	129.711	123.871	95,50%
+ Ganhos e Perdas Extraordinários	116.290	62.152	54.138	87,11%
= Resultado Bruto do Exercício	369.872	191.863	178.009	92,78%
- Impostos s/ Resultados	91.071	55.086	35.985	65,33%
= Resultado Líquido do Exercício	278.801	136.777	142.024	103,84%
Cash Flow do Exercício	469.615	406.687	62.928	15,47%

8.2 Rendibilidade e Eficiência

A rendibilidade da instituição conheceu uma melhoria significativa, em relação ao exercício anterior, em virtude da melhoria da margem de intermediação financeira e dos resultados alcançados na recuperação do crédito.

A Rendibilidade dos Recursos Próprios (ROE) passou de 8,99% para 17,26% e a Rendibilidade do Activo (ROA) de 0,73% para 1,21%.

O rácio *Cost to Income*, indicador da eficiência da instituição, registou uma ligeira melhoria, em relação a 2005, passando de 67,3% para 66,76%. O Produto Bancário por Trabalhador, indicador da produtividade dos trabalhadores, registou igualmente uma ligeira melhoria, passando de 5.914,4 para 5.966,4 contos.

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência

Designação	2006	2005
Resultado do Exercício / Recursos Próprios Médios (ROE) (%)	17,26	8,99
Resultado do Exercício / Activo Líquido Médio (ROA) (%)	1,21	0,73
Activo Líquido Médio / N.º Médio de Trabalhadores (mil contos)	145,3	117,4
Custos Administrativos / Activo Líquido Médio (%)	2,73%	2,91
Custos Operativos / Produto Bancário (<i>Cost to Income</i>) (%)	66,76	67,53
Produto Bancário / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	5.966,4	5.914,4
Cash Flow do Exercício / N.º Médio de Trabalhadores (contos)	2.683,5	2.553,8

8.3 Fundos Próprios e Rácios Prudenciais

Os Fundos Próprios da instituição registaram um crescimento de 10,7%, em relação a 2005, atingindo os 1.696.864 contos, contra os 1.532.903 contos alcançados em 2005.

O Rácio de Solvabilidade sofreu uma quebra significativa em relação a 2005, passando de 12,8% para 10,1%, em 2006. Esta diminuição deveu-se, essencialmente, ao aumento significativo da actividade bancária, sob a forma de crédito concedido, de garantias emitidas e de créditos documentários. Um outro factor que contribuiu para a queda deste indicador foi o aumento significativo verificado nas imobilizações incorpóreas.

O Rácio do Imobilizado Líquido sobre os Fundos Próprios, por sua vez, sofreu um aumento ligeiro, em relação ao exercício anterior, passando de 31,8% para 33,2%. Este aumento deveu-se, essencialmente, aos investimentos efectuados no sistema informático da instituição.

Rácios Prudenciais

Designação	2006	2005
Rácio de Solvabilidade (BCV – Aviso 1/99)	10,4%	12,8%
Imobilizado Líquido / Fundos Próprios	33,2%	31,8%

Tendo em conta a Proposta de Aplicação de Resultados constante do ponto 9. do presente relatório, se a mesma vier a obter aprovação pela Assembleia Geral, então os rácios acima assumirão os valores de 11,4% e de 35,7% , respectivamente.

8.4 Provisões do Exercício

As Provisões Líquidas do Exercício atingiram 103.382 contos, registando uma diminuição de 75.147 contos, ou seja, – 42,09%, em relação ao ano anterior.

O rácio das Provisões para Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos, praticamente, não sofreu alteração, em relação ao exercício anterior, situando-se nos 81,5%, contra 81,3%, no exercício anterior.

Créditos e Juros Vencidos

(milhares de contos)

Designação	2006	2005
Crédito e Juros Vencidos	818,9	750,5
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	667,5	609,8
Crédito e Juros Vencidos / Crédito Total	5,6%	6,1%
Provisões Crédito e Juros Vencidos / Crédito e Juros Vencidos	81,5%	81,3%

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2006 atingiu o valor de 278.801 contos;

Considerando que a instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da sua política de dividendos como sinal para o mercado;

Considerando que o plano de actividade da instituição prevê investimentos importantes em instalações, tais como a sede, a Agência do Mindelo e outras, que exigirão recursos significativos;

Considerando a necessidade do reforço dos fundos próprios da instituição como forma de reforçar o seu Rácio de Solvabilidade e a sua capacidade de financiamento;

Considerando a prática da Instituição, em termos de distribuição de dividendos, nos últimos anos;

O Conselho de Administração, esperando a compreensão dos Accionistas, apresenta a seguinte proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício:

Para Reservas	163.961.000\$00
Para Distribuição de Dividendos (330 CVE por acção)	114.840.000\$00
Total	278.801.000\$00

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**(Milhares de Escudos)**

ACTIVO	2006		2005	
	Activo Bruto	Amort. e Prov.	Activo Líquido	Activo Líquido
1. Caixa e disponibilidades Bancos Centrais	4.864.745	0	4.864.745	3.874.487
2. Disponibilidades à vista s/Instit. de Crédito	842.620	0	842.620	761.936
3. Outros créditos sobre instituições crédito	1.520.552	0	1.520.552	1.330.080
4. Créditos sobre clientes	14.670.104	667.520	14.002.583	11.722.818
5. Obrigações e outros títulos de rend. fixo	3.096.060	0	3.096.060	1.986.400
a) Obrig. e O/Tit.de rend.fixo-de Emiss.Públ.	3.096.060	0	3.096.060	1.986.400
b) Obrig. e O/Tit.de rend.fixo-de O/Emissores				
(Dos quais : Obrigações Próprias)				
6. Acções e outros títulos de rend. variável				
7. Participações	26.250	4.091	22.159	26.250
8. Partes de capital em empresas coligadas				
9. Imobilizações incorpóreas	184.888	109.644	75.244	21.791
10. Imobilizações Corpóreas	998.284	509.526	488.758	465.956
(Dos quais:Imóveis de serviço próprio)	203.867	32.546	171.321	162.708
11. Capital subscrito não realizado				
12. Acções próprias ou partes de capital próprias				
13. Outros activos	377.545	200	377.345	320.110
14. Contas de regularização	149.024	0	149.024	108.777
TOTAL DO ACTIVO	26.730.072	1.290.982	25.439.090	20.618.605

RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAS

-GARANTIAS PRESTADAS E OUT.PASSIVOS EVENTUAIS

1.499.863

921.975

P A S S I V O			9. Resultado da Actividade Corrente		
	2006	2005		254.039	129.792
1. Débitos para com instituições de crédito	856.406	659.472	10. Perdas Extraordinárias	9.104	24.651
a) À vista	128.967	107.339	11. Impostos sobre Lucros	91.071	55.086
b) A prazo ou com pré-aviso	727.438	552.133	12. Outros Impostos	457	93
2. Débitos para com clientes	22.137.126	17.752.967	13. LUCRO DO EXERCÍCIO	278.801	136.777
a) Depósitos de poupança	2.955.997	2.232.976	TOTAL	2.300.202	2.015.205
b) Outros depósitos	18.888.007	14.777.975			
ba) À vista	8.164.604	5.008.441			
bb) A prazo	10.723.403	9.769.354			
c) Outros débitos	293.122	742.196			
3. Débitos representados por títulos	0	0			
4. Outros passivos	124.059	91.401			
5. Contas de regularização	397.593	395.885			
6. Provisões para riscos e encargos	219.453	180.739			
a) Provisões para pensões e encargos similares	0	0			
b) Outras provisões	219.453	180.739			
6A. Fundo para riscos bancários gerais	7.590	5.239			
7. Capital Subscrito	348.000	348.000			
8. Reservas	1.070.063	1.048.126			
9. Reservas de reavaliação					
10. Resultados transitados					
11. Lucro do exercício	278.801	136.777			
TOTAL DO PASSIVO	25.439.090	20.618.605			
Demonstração de Resultados do o Exercício de 2006 (Milhares de Escudos)					
C U S T O S	2006	2005	P R O V E I T O S		
1. Juros e Custos Equiparados	604.212	665.366	1. Juros e Proveitos Equiparados	1.394.917	1.282.367
2. Comissões	13.686	10.575	Dos quais:		
3. Prejuízos em Operações Financeiras	119.320	14.565	(títulos de rendimento fixo)	107.710	73.339
4. Gastos Gerais Administrativos	629.563	549.638	2. Rendimentos de Títulos	0	0
a) Custos com Pessoal	296.248	265.010	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	0	0
Dos quais:			b) Rendimento de Participações	0	0
(salários e vencimentos)	257.237	230.684	c) Rendimento de partes de capital em emp. coligadas	0	0
(encargos sociais)	37.617	33.281	3. Comissões	259.108	196.238
Dos quais:			4. Lucros em Operações Financeiras	107.222	124.470
(c/pensões)	0	0	5. Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a crédito e provisões para passivos eventuais	358.991	285.206
b) Outros Gastos Administrativos	333.315	284.628	6. Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham caracter de imobilizações financeiras, participações e as partes de capital em empresas coligadas	0	0
5. Amortizações do Exercício	87.432	91.381	7. Outros Proveitos de Exploração	54.571	40.109
6. Outros Custos de Exploração	4.184	3.338	8. Resultado da Actividade Corrente	0	0
7. Provisões p/Crédito Vencido e p/Outros Riscos	458.281	463.735	9. Ganhos extraordinários	125.394	86.814
8. Provisões para Imobilizações financeiras	4.091	0	TOTAL	2.300.202	2.015.205

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRAFICOS NA INCV



NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGNER GRÁFICO AO SEU DISPOR



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiros são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.

C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cv

Site: www.incv.gov.cv

ASSINATURAS

	Para o país:		Para países estrangeiros:	
	Ano	Semestre	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00	I Série	11.237\$00 8.721\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00	II Série.....	7.913\$00 6.265\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00	III Série	6.309\$00 4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTE NÚMERO — 360\$00